

26 de Fevereiro 2018
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº98 / kz 400

Director-Geral
Evaristo Mulaza

RESULTADOS PRELIMINARES REVELADOS POR SÃO VICENTE

Balanço de “miséria” nos hotéis das AAA



O PCA do grupo AAA revela, em declarações ao VALOR, que os hotéis, até ao momento, “só deram prejuízo” e fala em balanço de “miséria”. Carlos São Vicente confirma o rompimento com o grupo ACCOR e explica que os franceses “nunca enviaram ninguém” a Angola. Pág. 19

FINANÇAS VOLTAM A ACUSAR EMPRESÁRIOS DE INVENTAREM ‘FACTURAS’

Governo põe ‘travão’ a falsas dívidas

TESOURO. O Ministério das Finanças, pela secretária de Estado Aia-Eza da Silva, voltou a acusar os empresários de ‘fabricarem’ facturas, depois de o ministro Archer Mangureira ter denunciado, na Assembleia Nacional, esquemas na dívida pública. Pág. 14

2017 “excelente” para a Bonws

A operadora Bonws Seguros deve atingir o ‘break-even’ este ano, depois de ter fechado as contas de 2017 com uma facturação acima dos quatro mil milhões de kwanzas. **Luís Vera Pedro**, o CEO da companhia, classificou o 2017 “como um ano excelente”. Pág. 15



INVESTIGADOS MAIS DE 230 PROCESSOS ENVOLVENDO AVIÕES

Erro humano em 75% dos incidentes

AVIAÇÃO. Pelo menos 75% dos acidentes e incidentes de aviação que ocorreram no país deveram-se a erro humano, revela o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos, do Ministério dos Transportes, que contabiliza 10 anos de actividade. Pág. 9



NOVO ALERTA

Há duas semanas, o VALOR deu à estampa que a constituição da empresa público-privada que deverá operar as rotas domésticas estava concluída. E que, mais tempo menos tempo, a empresa entraria em funcionamento, estando apenas dependente da aprovação final do Presidente da República. Esta semana, voltamos ao tema, porque se colocam revelações que levantam dúvidas fundadas.

Genericamente, a constituição desta nova empresa foi justificada pela necessidade de se retirar o 'peso' que as rotas domésticas representam no histórico dos maus resultados da companhia aérea de bandeira, a TAAG. De forma expansiva, incluiu-se na justificação a degradação generalizada, caracterizada por falências, do sector da aviação civil doméstica, situação que demandaria por um operador novo, com novas possibilidades e práticas do negócio. O próprio ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás, calcularia prejuízos acumulados de 30 anos na TAAG. Foi a justificação definitiva para se explicar a necessidade da Angola-Expresso, no formato de empresa público-privada.



Mas, como alertávamos na outra ocasião, apesar da eficiência que, em teoria, os privados conferem à gestão, em detrimento dos actores do sector público, no caso da nova empresa, só seria possível perspectivar um futuro auspicioso se as regras de participação de todos fossem claras, logo à partida. Porque, ao que a experiência demonstra, o factor privado não é necessariamente uma garantia de qualidade na gestão dos negócios, não

tivéssemos no sector da aviação e nos restantes ramos de actividade um histórico de falências em catadupa.

Ora, o que as novas informações sugerem reforça, em toda a linha, os tais receios sobre a possibilidade de estarmos, mais uma vez, perante um negócio em que, mais do que o interesse em captar a expertise do privado, se coloca o Estado a alienar milhões a custo zero. Conforme adianta a fonte do VALOR, os operadores privados convidados para integrarem o capital da futura companhia não mostram sinais de possuírem recursos para acompanharem os investimentos do Estado. E só numa primeira fase estão em causa, nada mais, nada menos do que 270 milhões de dólares que serão aplicados na compra de novas aeronaves.

A menos que os próximos desenvolvimentos sobre este negócio tragam informações contrárias, os receios ficam mais do que explicados. Colocar-se o Estado a fazer compras para montar empresas que depois são repartidas com privados é o negócio da sorte de qualquer sonhador de riqueza fácil. A confirmar-se isso, será, na verdade, mais um exemplo terminado de que a vontade política de se corrigir o que está mal não é mais do que uma estratégia de afirmação assente no sacrifício de alvos discriminados.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Editor Online: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes

comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade,

Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,

222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Fátima Monteiro

PCE BIC Seguros

As companhias crescem nos seguros obrigatórios. É um sinal de acomodação?

Não. É a realidade. É assim em qualquer parte do mundo. Os seguros são fundamentais para a protecção das pessoas e desenvolvimento da economia, mas, quando há seguros obrigatórios, acabam por ser bandeira das companhias. As pessoas não têm muita percepção da importância do seguro. Mas nós no segmento multirrisco também crescemos acima dos 30%. O crescimento da companhia não foi só devido ao automóvel.

Está satisfeita com o nível de fiscalização?

Podemos fazer mais e melhor. Tem havido algum esforço das entidades competentes no sentido de sensibilizar para a importância dos seguros obrigatório, mas tem de ser um esforço um bocadinho de todos. Das autoridades competentes, das companhias e das pessoas.

Qual é taxa de sinistralidade do BIB Seguros?

A taxa de sinistralidade global da companhia anda na ordem dos 35% e 40%.

TERÇA-FEIRA

O representante em Angola do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Mamadou Diallou, considera a produção de Spirulina no centro de Larvicutura do Mucoso, no Kwanza-Norte, um dos maiores investimentos que o Governo de Angola realizou nos últimos cinco anos.

QUARTA-FEIRA

Angola e a Venezuela assinam um acordo de supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço. O acordo foi rubricado pelo ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, e o ministro do Poder Popular para as Relações Exteriores da República da Venezuela, Jorge Alberto Arreaza

QUINTA-FEIRA

O ministro dos Transportes, Augusto da Tomás, anuncia que as obras de construção do terminal fluvial do Soyo, no Zaire, estarão finalizadas em Agosto e já estão com a execução a rondar os 76%.

SEXTA-FEIRA

Angola vai adoptar novas normas internacionais para regular as tecnologias eléctricas, electrónicas e conexas, para melhorar o acesso à electricidade e assegurar o uso dos equipamentos, informa o director-geral do IANORQ, Laurentino Canga.

SÁBADO

O encontro para debater o tarifário da água praticado no Kilamba é adiado para data a anunciar, por causa da chuva. O encontro devia contar com a presença do presidente do conselho de administração da IRSEA) e de responsáveis da EPAL.

DOMINGO

A Repartição Fiscal do Dande, no Bengo, prevê arrecadar mais de 10 milhões de kwanzas com a venda de 4.437 selos da taxa de circulação, valor superior ao arrecadado o ano passado de apenas cinco milhões de kwanzas.



SEGUNDA-FEIRA

O custo para a construção da refinaria do Lobito, previsto em 12 mil milhões de dólares, vai baixar para a metade do valor, anuncia o presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Carlos Saturnino, durante a visita do Presidente da República, João Lourenço, ao projecto.



COTAÇÕES



JUROS BAIXOS ANIMAM BOLSAS DOS EUA

Os juros das obrigações do Tesouro dos EUA continuam em terreno negativo, o que animou as bolsas. A performance das tecnologias reforçou a tendência. Com isso, o Dow Jones encerrou a sessão a subir 1,39%, para se fixar nos 25.309,99 pontos e o Standard & Poor's 500 acompanhou o movimento, a somar 1,60% para 2.747,30 pontos. A Nasdaq ganhou mais terreno, ao valorizar 1,77%, para 7.337,39 pontos. Depois das ligeiras quedas de terça e quarta-feira, a sessão do dia anterior ao fecho já anunciava sinais de ganhos, que se seguiu até sexta à tarde.



PETRÓLEO COM INTERRUPTÃO NA LÍBIA

O petróleo fechou a subir pela terceira sessão consecutiva, em Londres, e segunda em Nova Iorque, impulsionado pela descida das reservas nos EUA e pelo encerramento temporário de um campo petrolífero na Líbia. De acordo com a Bloomberg, uma disputa salarial levou à suspensão das operações de El-Feel - onde se produzem 70 mil barris por dia - o que acentuou a valorização da matéria-prima. O Brent, referência para exportações de Angola, ganhava 1,08% para 67,11 dólares, enquanto o West Texas Intermediat somava 1,26% para 63,56 dólares.

Grande Entrevista



CARLOS TEIXEIRA, DIRECTOR DO CPPPGL DA UAN

“Já vamos com substancial atraso em relação às autarquias”

Advogado, o director do Centro de Pesquisa em Política Pública e Governação Local da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto considera que o país tem condições de implementar o poder autárquico desde 2002, altura em que terminou a guerra civil. Aplauda a ideia da implementação gradual do processo, mas entende que, primeiro, deve haver um entendimento entre os principais actores políticos sobre a matéria.

Por António Nogueira

Manuel Tomás © VE

O Presidente da República assumiu publicamente que o Governo vai preparar as condições para que as eleições autárquicas sejam realizadas antes de 2022. Acha que o país já tem as condições mínimas para implementar esse processo antes dessa data? Já vamos atrasados para tal [para a implementação das autarquias]. É claro que a justificação desse atraso

pode ser de várias ordens, desde os problemas resultantes da nossa história recente que tem que ver com a guerra civil, a aspectos relacionados com as dificuldades financeiras ou económicas. Mas, ainda assim, vamos com algum substancial atraso, porque a problemática da descentralização é um tema que, desde os primórdios da independência, entrou no desejo e na carta magna dos angolanos. Portanto, como digo, não só é possível como é recomendável a implementação deste processo em

Angola, porque, aliás, o próprio Presidente da República reiterou que não ficamos bem na fotografia a nível da nossa região. No continente, somos os únicos que não conseguimos implementar esse modelo. E isso não é por falta de experts e de capacidade. Porque se não se pode fazer a autarcização em 20 anos, faça em cinco, em três ou em dois. Agora ficar parado é que não me parece bem!

Quando é que efectivamente Angola passou a ter condições para imple-

mentar o poder autárquico, na sua opinião?

Razões históricas obliteraram que se desse esse passo, mas, desde o alcance da paz, em 2002, estavam criadas as condições para que efectivamente esse passo pudesse ser dado. E esse passo a ser dado devia obedecer a um conjunto de procedimentos que levariam a uma implementação gradual deste modelo organizacional. O Estado centralizado e concentrado não tem sido capaz de promover o desenvolvi-

mento e o bem-estar dos angolanos. E também, quando dissemos que a autarcização é um meio capaz de proporcionar o desenvolvimento dos angolanos e das comunidades, não estamos a dizer que num toque de mágica isso ocorra. Mas este é potencialmente o meio mais adequado para promover esse desenvolvimento, porque as pessoas que estão próximas da comunidade, que demanda prestações de quem os governa, têm claramente muito mais possibilidades de êxito com

“Razões históricas obliteraram que se desse esse passo, mas, desde o alcance da paz, em 2002, estavam criadas as condições para que efectivamente esse passo pudesse ser dado. E esse passo a ser dado devia obedecer a um conjunto de procedimentos que levariam a uma implementação gradual deste modelo organizacional.”

este modelo organizacional, que, em tempo útil, satisfaz as necessidades.

Esse gradualismo a que se faz referência, como é que funcionaria em termos práticos?

Em primeiro lugar, tem de haver um entendimento entre os principais actores políticos sobre o que significa gradualismo, porque o processo de descentralização tem de observar os princípios constitucionais – tal como ocorre com a questão do gradualismo –, e o princípio da legalidade. Tudo terá de estar sustentado na lei. Mas os actores políticos precisam de estar de acordo nesse aspecto. Porque gradualismo significa implementar as autarquias locais de modo gradual. E de modo gradual em que termos? Significa escolher primeiro, na base dos acordos políticos, quais são aquelas circunscrições na base de determinados pressupostos que também venham a ser acordados que podem avançar já no primeiro pelotão para esse modelo organizacional autárquico. Entretanto, existem outros actores políticos que entendem que a autarcização gradual do país seria violar um outro princípio constitucional que seria o princípio da igualdade. Mas, pessoalmente e num raciocínio académico e prático, diremos que não têm razão estes actores que pensam que o gradualismo viola o princípio da igualdade, porque este princípio tem de ser lido em, pelo menos, dois âmbitos.

Quais?

Um deles tem que ver com a igualdade formal e outro com a aferição da densidade material das circunscrições, dos territórios, das comunidades cujo modelo organizacional se pretende autárquico. Têm de ser territórios, circunscrições que tenham interesse comuns a prosseguir. E esses interesses comuns pré-passam pela existência de determinadas infra-estruturas básicas, a existência de uma substancial actividade económica, porque será por esta via que o poder autárquico vai tributar os agentes económicos para daí se poder conseguir os recursos que são necessários para catapultar o desenvolvimento. Para além disso, é necessário também que estas circunscrições tenham à sua disposição aquilo a que chamo a geografia humana necessária e indispensável para o desenvolvimento desse processo. E estou a falar de outros



Manuel Tomás © VE

agentes, do pessoal com capacidade, com conhecimento, por exemplo, no domínio do ordenamento do território, do planeamento, da gestão económica. Não me refiro somente ao cabeça da futura autarquia. Tem de haver gente capaz de analisar os problemas de determinada comunidade e equacionar soluções para a resolução desses problemas.

E gostaria igualmente de dizer que, nos vários momentos em que no nosso país essa matéria foi colocada numa posição relevante em pauta, o próprio poder central tinha iniciado um processo de formação de quadros para

prepará-los para este momento. Significa que esse processo, com avanços e recuos em função dos momentos e das opções que se fazem na cena política, económica e social nacional, ganha maior ou menor relevância. Portanto, entendo pessoalmente que este é um caminho que não poderemos contornar e, quanto mais tarde avançarmos para esta solução, pior será para o nosso desenvolvimento, porque verificamos que, ao longo desses 42 anos com um modelo marcadamente concentrado e centralizado, nem assim este desenvolvimento conseguiu chegar à escala nacional.

“Existem outros actores políticos que entendem que a autarcização gradual do país seria violar um outro princípio constitucional que seria o princípio da igualdade. Mas, pessoalmente e num raciocínio académico e prático, direi que não têm razão estes actores que pensam que o gradualismo viola o princípio da igualdade, porque este princípio tem de ser lido em, pelo menos, dois âmbitos.”

Tendo ainda em atenção o conceito da gradualidade, qual seria, na sua opinião, o melhor modelo a seguir, a implementação do poder autárquico em vários municípios de uma só vez ou somente a um por cada província?

Os actores políticos podem escolher numa província dois ou três municípios para tal. O primeiro passo é determinar quais são os pressupostos para a autarcização. Com isso feito, vamos ver, na actual geografia de Angola, quais são as circunscrições que têm condições de entrar para esse primeiro pelotão de descentralização de autarcização. E com isso, estas [descentralizações] poderiam seguir um modelo diferente no resto das circunscrições. Quer chamemos projecto-piloto, quer chamemos outro nome. O importante é começar.

O Presidente da República afirmou também que a implementação do poder autárquico teria de ser pre-

cedida da preparação de um pacote de proposta de legislação básica...

Sim! Isso tem que ver com o conjunto de instrumentos jurídicos que vão balizar esse processo de autarcização, designadamente os pressupostos para a autarcização e também as regras para que determinados entes possam concorrer à gestão de uma autarquia com a criação ou a aprovação do estatuto eleito local ou do autarca. Portanto, o nome não é muito importante, depois logo se veria. Essa legislação teria de estar também relacionada com o processo de formação de todos aqueles que tenham pretensão e o desejo de actuar neste novo modelo organizacional.

O centro que dirige está preparado para fazer face a este desafio, caso seja solicitado para tal?

Há muito tempo que estamos com essa tarefa nas mãos. Não só ao nível da formação académica científica, mas temos auxiliado uma entidade do Governo, designadamente o Instituto de Formação e Administração Local, a preparar os actuais administradores municipais para que, no futuro, quando se der o passo para a autarcização, eles estejam com um conjunto de ferramentas, de instrumentos e de conhecimentos para poder administrar o território, as circunscrições, de acordo com as regras científicas, jurídicas que se colocam para que esta tarefa seja melhor conseguida.

Esta temática já foi igualmente muito debatida a nível da Assembleia Nacional. O Centro de Pesquisa em Política Pública e Governança Local tem estado a prestar algum tipo de suporte aos deputados?

Quando, no final da legislatura passada, o Parlamento nacional aprovou a lei sobre os princípios a observar no poder local, eles contactaram o centro e solicitaram o nosso suporte. Entretanto, começou a nova legislatura, estamos à espera que nos formalizem esta necessidade de suporte e de consultoria, para o conjunto de tarefas que caberá ao Parlamento nacional no quadro do desenvolvimento da lei aprovada na legislatura passada e daquele conjunto de instrumentos que vão regular o processo autárquico. Portanto, estamos disponíveis e preparados para proporcionar este auxílio.

Grande Entrevista

Continuação da página 5

João Lourenço disse também que iria consultar os seus conselheiros sobre os passos a dar para a implementação do poder autárquico em Angola. Se fosse um desses conselheiros o que diria ao chefe de Estado?

A continuar por este caminho. Difícilmente se poderá dar o dito pelo não dito. Defenderia que as tarefas que estão por implementar, nesse âmbito, fossem efectivamente desenvolvidas, porque este modelo organizacional é capaz de catalisar o desenvolvimento. Não é a varinha mágica certamente, mas é um modelo que, devidamente utilizado, vai auxiliar no desenvolvimento das comunidades e isso vai proporcionar o desenvolvimento do país de uma forma geral.

O Centro de Pesquisa em Política Pública e Governança Local foi criado no início da década de 2000. Fale-nos da experiência já adquirida ao longo desses anos?

O Centro foi criado em Setembro de 2009 em resposta a um desafio do então Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que assessorava o Governo de Angola nos projectos de descentralização. Portanto, este é um projecto que já vem do período antes da guerra e, com o alcance da paz, o PNUD voltou a retomá-lo. Com o evoluir do Centro, das suas tarefas e dos seus trabalhos - porque era propósito do PNUD que depois que passasse o período do projecto alguma instituição angolana se assenhora-se do conjunto de conhecimento e do acervo bibliográfico relativo ao poder local e da descentralização - a faculdade de Direito tomou conta do projecto e passei eu a conduzi-lo até à altura em que bem mais recentemente a própria reitoria da Universidade entendeu transformar este centro de pesquisa em políticas públicas e governança local numa unidade orgânica da Universidade com o mesmo nível de uma faculdade.

“O primeiro passo é determinar quais são os pressupostos para a autarcização. Com isso feito, vamos ver, na actual geografia de Angola, quais são as circunscrições que têm condições de entrar para esse primeiro pelotão de descentralização de autarcização. E com isso, estas [descentralizações] poderiam seguir um modelo diferente no resto das circunscrições.”

O nosso core business é precisamente a investigação e a pesquisa no domínio da governação e gestão pública e no domínio das políticas públicas. Procura-se, portanto, que a universidade consiga fazer a ligação entre aquilo que são os conhecimentos teóricos que aqui são produzidos com a realidade prática do nosso país, sobretudo numa altura em que, no âmbito da organização administrativa, se fala na desconcentração de competências.

Há já algum trabalho científico, no domínio da governação local, publicado pelo centro?

Sim. Ao longo desses tempos, produzimos muitos trabalhos de pesquisa, sendo o mais relevante o que resultou de um seminário que recentemente organizámos sobre a problemática da descentralização e da autarcização que está aí disponível. Realizámos também um estudo sobre os aspectos relativos à municipalização dos serviços de saúde. Este segundo estudo,

embora não tenha grande divulgação, contou com o apoio do Ministério da Saúde e está aí disponível para que todos os pesquisadores e servidores públicos possam a ele ter acesso quando quiserem tratar de questões relativas à municipalização, no caso concreto, do domínio da saúde e o seu impacto no desenvolvimento das comunidades.

Há algum estudo comparado com o qual Angola poderá se guiar para implementação do poder autárquico?

Realizámos vários estudos comparados, mas entendo que a nossa realidade é bem mais particular. E assim sendo, bom seria que as instituições universitárias, de investigação científica se abalançassem para o estudo da nossa realidade, tendo em atenção esse desejo de descentralização e de autarcização, com atenção às particularidades do nosso país. Particularidades que resultam do facto de termos entre nós e no quadro do poder local as autoridades tradicionais com valências

PUB

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA 'ZONA CONJUNTA'
RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola

PETRÓLEO
Potencial do onshore ignorado

EM CAUSA A CRISE DE DIVISA
Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza

CATIVIDADE DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE

Luanda com seis novas centrais eléctricas

Descarregue a App



Assinaturas:
assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 (Arieth Lopes), 941 784 792 (Geovana Fernandes)

Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola

“ Não é a varinha mágica certamente, mas o poder autárquico é um modelo que, devidamente utilizado, vai auxiliar no desenvolvimento das comunidades e isso vai proporcionar o desenvolvimento do país de uma forma geral. ”



diferentes nos diversificados grupos etnolinguísticos. O que significa que este estudo não deve ser tão-somente de matriz jurídico-normativa, mas bem mais amplo que envolva especialistas de história, da antropologia, da sociologia para que possamos encontrar soluções adequadas à realidade angolana. Sou contra a transposição pura e simples de soluções encontradas para outras realidades, para outras comunidades, outras sociedades que não a nossa. Portanto, o trabalho da academia é precisamente isso. Valorar o conhecimento endógeno, aquilo que é a sabedoria dos nossos ancestrais no modelo de organização administrativa. Eu costumo referir, nas minhas abordagens e nos meus estudos, que o processo de descentralização não é estranho aos africanos. Porque, se nós fizermos uma incursão na História, vamos verificar que, mesmo no reino do Congo, já havia descentralização. Portanto, este é um modelo que não nos deve atemorizar. Devemos segurar entre mãos aquilo que é a pretensão dos povos, das comunidades e em face disso irmos buscar uma bitola de organização e de estruturação que seja mais conforme com os nossos interesses e com a nossa história.

Sendo alguém que há muito milita no ramo do ensino do Direito, qual a avaliação que faz sobre a proposta de Lei do Repatriamento de Capitais, recentemente aprovado, na generalidade, na Assembleia Nacional?

É uma lei que se impõe na actual conjuntura do país, mas é igual-

PERFIL

Carlos Manuel dos Santos Teixeira é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (UAN). Possui um mestrado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e é doutorando pela mesma faculdade, igualmente em Direito. É docente associado com a regência da cadeira de Direito Administrativo nas Faculdades de Direito da UAN, Independente de Angola e 'José Eduardo dos Santos'. É também professor visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, desde Março de 2011. Já ocupou, entre outros cargos, o de decano interino da Faculdade de Direito da UAN entre 2005 e 2006; assistente da assessoria jurídica da Casa Civil do Presidente da República (1991-2000); assessor Jurídico do Presidente da República (2000-2007) e membro do conselho de gerência da Clínica Multiperfil (2001-2002). Advogado, desempenha o cargo de director do Centro de Pesquisas em Políticas Públicas e Governação Local da Faculdade de Direito da UAN, desde Setembro de 2009.

mente uma lei que se recomenda no quadro dessa nova mudança de ciclo. Estamos a sair de um ciclo anterior com todos os problemas, dificuldades e deficiências que todos conhecemos e, estando nesse ciclo, a medida justifica-se no quadro do interesse nacional. Sabemos todos que há recursos que, por caminhos ínvios, deixaram o nosso país, os nossos cofres públicos, e há necessidade de recuperar estes recursos mesmo em face ao actual ambiente internacional em que se procura saber como é que agentes públicos ou não terão obtido todo o seu património. Precisamos de fazer reentrar para o desenvolvimento da nossa economia esses recursos que estão a alavancar outras economias que não a nossa.

Acha que será um processo difícil?

Sim. Vai levar o seu tempo. Basta ver, por exemplo, recursos que estiveram no exterior de um anterior presidente nigeriano Sani Abacha só vinte anos depois retornaram, mesmo tendo havido negociações directas entre o novo governo instituído e os bancos onde esses recursos repousavam para os fazer voltar à economia nigeriana. E ainda assim, só regressou parte desse recurso. Portanto, é uma negociação que vai levar o seu tempo. Eu sou daqueles que pensam que, no interesse geral, da paz e da harmonia social, entre perdermos tudo e recuperar o que for possível desses recursos nacionais, é preferível esta solução negociada no quadro dessa paz social que se pretende para esse novo ciclo.

PUB

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA**



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call centre

(+244) 947 992 828

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Economia/Política

COMBATE À CORRUPÇÃO

Angola foge ligeiramente dos mais corruptos do mundo

TRANSPARÊNCIA. País alcança mais um ponto em direcção aos menos corruptos do mundo, mas ainda está longe de deixar o grupo dos menos transparentes. Está com 19 pontos dos 100 possíveis, enquanto Cabo Verde, o melhor dos PALOP, está com 55 pontos.

Por César Silveira

Angola continua em situação procária no 'ranking' dos países mais corruptos do mundo, mas registou uma ligeira melhoria na lista da Transparência Internacional sobre corrupção, passando dos 18 para os 19 pontos, numa escala até 100.

A pontuação do 'ranking' varia de zero a 100, sendo zero a atribuição para os países mais corruptos e 100 para os menos, o que demonstra que a situação no país ainda impõe inúmeros desafios quando comparado, por exemplo, aos 89 da Nova Zelândia, considerado o menos corrupto do mundo. Ao mais corrupto do mundo, a Somália, o 'ranking' atribui nove pontos.

Desde 2012, a melhor pontuação de Angola foi a de 23, alcançada em 2013, seguindo-se 22 em 2012. A pior foi 15, de 2015, e 18, de 2016, enquanto a pontuação de 2017 iguala a de 2014 de 19.

Cabo Verde, que é o PALOP mais bem posicionado (48^a), tem 55 pontos, enquanto São Tomé e Príncipe tem 46 e Moçambique 25. A Guiné-Bissau é o pior com 17 pontos.

A melhoria de pontuação de

Angola é destaque, sobretudo pelo facto de grande parte dos países registar uma retracção. Por exemplo, entre os 10 países menos corruptos, apenas o Reino Unido e Luxemburgo melhoraram as respectivas pontuações, ambos passaram de 81 para 82 pontos. Por sua vez, Canadá, Singapura e Noruega mantiveram as pontuações de 82, 84 e 85.

Outra melhoria do país nota-se ao contar o 'ranking' de baixo para cima, ou seja, do país mais corrupto para o menos transparente. Melhorou um lugar, ao passar de 13.^a para 14.^a posição dos mais corruptos do mundo. Uma melhoria considerável se comparado à posição de sexto país mais corrupto do mundo de 2015.

Angola alcançou, em 2013, a melhor posição dos últimos cinco anos quando foi classificado como 25.^o mais corrupto do mundo. Situava-se, inclusive, melhor que a República Democrática do Congo que, nos últimos anos, aparece sempre numa condição de menos corrupto. O actual quadro mantém, entretanto, Angola como o mais corrupto da SADC.

Se a contagem começar do país menos corrupto do mundo, a posição de Angola piora, entretanto, já que se afasta três posições dos países menos corruptos ao passar da 164 de um total de 176 países para 167 de um total de 180. A posição que colocou Angola mais próximo dos menos corruptos foi a 153, alcançada em 2013.

Diversos especialistas acreditam



Investigação conclui que, no passado, globalmente, os países fizeram menos em matéria de transparência.

Mário Mijetes © VE

A pontuação da Lusofonia nos últimos anos (0-100)

Objectivo: 0- pior / 100: melhor

	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Portugal	63	62	64	63	62	93
Cabo-Verde	55	59	55	57	58	60
São Tomé	46	46	42	42	42	42
Brasil	37	40	38	43	42	43
Timos Leste	38	35	28	28	30	33
Moçambique	25	27	31	31	30	31
Angola	19	18	15	19	23	22
Guiné Bissau	17	16	17	19	19	25

que Angola pode alcançar níveis melhores no próximo 'ranking', considerando as decisões do Executivo de combater a corrupção e outras práticas similares. Depois de eleito, João Lourenço deu sinais de pretender efectivar uma das promessas de bandeira da campanha eleitoral do MPLA: o combate à corrupção.

Alguns sinais são a criação da proposta de lei para o repatriamento de capitais no estrangeiro, aprovada generalidade na semana pas-

sada, pela Assembleia Nacional, assim como a exoneração de Carlos Panzo, alguns dias depois de ter sido nomeado para o cargo de secretário para os Assuntos Económicos, por estar a ser investigado.

A estes factos ainda se pode juntar a realização pelo MPLA de um seminário sobre os desafios do combate à corrupção e ao nepotismo, assim como a rescisão de contratos que o Estado detinha com várias empresas privadas por considerar que não respeitaram a

Lei da Contratação Pública.

No entanto, existe consenso de que ainda faltam muitos passos como é, por exemplo, a criação de condições à altura dos desafios para as instituições como a Procuradoria-geral da República e os Serviços de Investigação Criminal. Existe, por outro lado, uma expectativa à volta da efetivação da Alta Autoridade contra a Corrupção, órgão criado em 1996, mas que nunca passou do papel.

TODOS FIZERAM POUCO

O estudo concluiu que a maioria dos países está a fazer pouco ou nenhum progresso para combater a corrupção e ainda que existe um maior perigo de vida dos jornalistas e activistas que se dedicam a denunciar actos de corrupção. Globalmente, a região de melhor desempenho é a Europa Ocidental, com uma pontuação média de 66. As regiões com pior desempenho são a África Subsaariana (pontuação média de 32) e Europa Oriental e Ásia Central (pontuação média de 34).



MAIS DE 43 TONELADAS de morango produzidas pela Fazenda Jamba, no município da Humpata, deterioraram-se por falta de sistemas de frio para a conservação e de unidades de transformação do produto em compotas e sumos.



A **ADMINISTRAÇÃO** do Rivungo, no Kuando Kubango, pretende massificar a pesca continental, aproveitando as potencialidades do rio Cuando, manifestou o administrador local, Júlio Vidigal.

CONCLUSÕES DO GABINETE DE PREVENÇÃO E INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS

Falhas humanas provocam 75% dos acidentes aéreos

AVIAÇÃO. Erros humanos estão entre os que mais provocaram acidentes aéreos, segundo dados do Ministério dos Transportes. Acidente da Air Guicango está a ser investigado, mas a companhia não foi suspensa.

Por António Miguel

Pelo menos, 75% dos acidentes aéreos, que envolveram companhias nacionais, foram provocados por erros humanos, revelou o director do Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos (GPIAA), do Ministério dos Transportes, Luís Solo, baseando-se nos resultados apurados pelo gabinete em 10 anos de existência.

O GPIAA abriu 238 processos de investigação de acidentes aeronáuticos, tendo concluído que 75% foi provocado por tripulantes, controladores de tráfego aéreo, despachantes de operações de voos e técnicos de manutenção de aviões.

O gabinete investiga apenas para prevenir possíveis erros. As conclusões são transmitidas para o Serviço de Investigação Criminal e para o Ministério Público, que investigam para apurar responsabilidades ou situações de natureza criminosa.

O VALOR já tinha noticiado que a 'caixa preta' do avião da Air Guicango será aberta em França. Os custos da operação de investigação do acidente de 12 de Outubro

238

Casos de acidentes aéreos foram investigados pela GPIAA, em cerca de dez anos de existência deste gabinete.

MEMORIZE

● **SEGUNDO** a Lei da Aviação Civil, os custos financeiros da investigação de acidentes aéreos são suportados pelas operadoras envolvidas. A mesma lei prevê ainda indemnização para as vítimas de acidentes ou para os seus familiares.



do ano passado, que vitimou mortalmente sete pessoas, na Lunda-Norte, estão a ser suportados pela Air Guicango, na qualidade de proprietária da aeronave acidentada.

Luís Solo não precisou em quanto está avaliada a investigação, alertando, no entanto, que as famílias das vítimas podem solicitar indemnizações pelas perdas. "É difícil quantificar os custos da investigação. Há despesas imprevistas que vão surgindo. Certo é que, de acordo com a Lei da Aviação Civil, os operadores envolvidos em acidentes são os responsáveis primários pela cobertura das despesas decorrentes do processo de investigação", explica o director do GPIAA.

AIR GUICANGO PODE VOAR

A queda do avião da Air Guicango, em Outubro de 2017, não originou a suspensão das operações de voos da operadora doméstica privada. A empresa pode continuar a voar desde que tenha as condições criadas, esclareceu o director do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAVIC), Rui Carreira, contrariando as informações da antiga direcção do INAVIC que comunicara a suspensão dos voos da companhia.

"O certificado do operador está válido e nunca foi suspenso. Não é procedimento suspender as actividades do operador, quando há um acidente. A menos que da investigação haja uma recomendação para suspender o operador. Aquilo foi um acidente", explica Rui Carreira.

No entanto, desde a queda da aeronave, há cinco meses, a Air Guicango cancelou as operações de voos, deixando perto de 100 funcionários sem trabalho e sem salários. A sede da companhia está fechada, encontrando-se nela apenas os seguros. "Pode não ter aviões e, por isso, não estão a voar. Um dos aviões da empresa teve acidente e como consequência tiveram perda", reforça o director do INAVIC.

O Embraer EMB120 da Air Guicango caiu minutos depois de decolar do aeroporto da Lunda-Norte em direcção a Luanda. O acidente provocou a morte dos setes ocupantes, sendo três tripulantes angolanos e quatro passageiros estrangeiros (três sul-africanos e um português). As verdadeiras causas do acidente poderão ser conhecidas em breve, quando for feita a descodificação da 'caixa preta'.

PRAZOS CUMPRIDOS

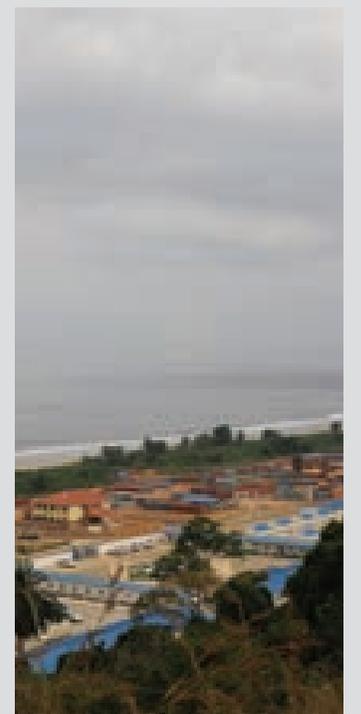
Porto do Caio pode receber navios até segundo trimestre de 2019

O Porto de Águas Profundas de Caio em Cabinda poderá receber navios a partir de meados do próximo ano. A constatação é do ministro dos Transportes, Augusto Tomás, que esteve em Cabinda, na passada semana, com o propósito de radiografar o estado das obras estruturantes do sector.

O Porto de Águas Profundas do Caio vai ter uma extensão de dois quilómetros e 400 metros e destes foram já construídos 600 metros, sendo 120 metros de ponte cais metálica para o interior do mar.

Além disso, o ministro, que visitou também o aeroporto Maria Mambo Café, o Terminal de passageiros e o quebra-mar, disse estar satisfeito pela forma como estão a ser cumpridos os prazos acordados.

Para o governante, quando as infra-estruturas estiverem a funcionar poderão dinamizar a economia e o desenvolvimento da província, "garantindo estabilidade social das populações e mais emprego aos jovens".



Economia/Política



CONTRATAÇÕES

China financia metade do Governo

O Plano Anual de Endividamento (PAE) para 2018 revela que o Governo está a negociar a contratação de financiamentos externos de 1,556 biliões de kwanzas, mais de metade dos quais provenientes da China.

De acordo com o documento, a que a Lusa teve acesso, entre os financiamentos, que estão “em fase de enquadramento”, 42% desse total, equivalente a 653 mil milhões de kwanzas, vai ser proveniente do Industrial and Commercial Bank of China.

O Governo, segundo o PAE 2018, elaborado pelo Ministério das Finanças, prevê ainda contratar 9% desse total - 140 mil milhões de kwanzas - junto do Eximbank da China.

COM A PROMESSA DE CAPTAÇÃO DE FINANCIAMENTOS

África do Sul impõe regras para parcerias com angolanos

AGRICULTURA. Sul-africanos dispostos a fazer parcerias com empresários nacionais no agronegócio, mas impõem regras claras, entre as quais pagamentos de impostos e boa gestão. Governo sul-africano oferece ajuda na captação de financiamentos.

Por José Zangui

A

África do Sul está disponível para entrar no agronegócio angolano, com parcerias e até na obtenção de financiamento

externo para propostas consideradas viáveis, mas quer regras bem claras.

A iniciativa para o financiamento, de acordo com Zanele Sanni, chefe do departamento do comércio e indústria daquele país, “deve partir dos empresários”, sendo que os governos ajudam a suportar os financiamentos através de linhas de créditos e pacotes específicos para cada caso, com reembolso a médio e longo prazos.

A responsável sul-africana defende que devem ser criadas condições que possam nortear as parcerias e o acesso

aos apoios, como, por exemplo, “compromissos entre a parte angolana e a sul-africana sobre os objectivos que se pretende atingir com os projectos, obediência às boas práticas, investimentos nas comunidades em que o negócio for desenvolvido, troca de experiências entre as partes e o pagamento de impostos”.

Para a fiscalização das regras, haverá um júri composto pelas duas partes. Nesta parceria, vai estudar-se a possibilidade de os negócios serem feitos com as moedas dos dois países, o rand e o kwanza, para facilitar as importações de equipamentos, a exportação de produtos e os devidos pagamentos.

O mercado angolano é visto pelos sul-africanos como “viável e lucrativo”, segundo Zanele Sanni, que anunciou as intenções da África do Sul durante o fórum empresarial sobre agronegócio que reuniu, em Luanda, empre-

100

Empresários aproximadamente estiveram presentes no encontro promovido pela APIEX.

-sários dos dois países.

No encontro, promovido pela Agência para a Promoção de Investimento e Exportação (APIEX) e pela Associação Industrial de Angola (AIA), estiveram presentes cerca de 100 empresários.

Segundo o secretário de Estado para a Agricultura e Florestas, Carlos Alberto Jaime, a iniciativa serviu para responder ao convite do Presidente da República aos empresários

sul-africanos, quando fez a primeira visita de Estado àquele país.

Carlos Alberto Jaime pensa que o acordo de supressão de vistos “traz vantagens em todo o espaço do domínio económico, sobretudo o do agronegócio”, tendo apontando as regiões com potencialidades agrícola e piscatórias que podem ser exploradas pelos sul-africanos.

Por sua vez, o presidente da AIA, referindo-se à moeda de troca, optou por chamar a atenção para o que falhou nos acordos com a Namíbia. José Severino entende que os bancos centrais, de Angola e da África do Sul, devem analisar para não se repetirem os erros anteriores.

O presidente da Câmara de Comércio Angola/África do Sul acredita que a mudança na liderança, em ambos os países, pode dar fôlego às relações comerciais e empresariais, porque os dois novos presidentes “defendem a mesma bandeira, o combate à corrupção”. Porém, Victoria Ferreira Nicolau adverte para a necessidade da mudança de atitude, defendendo que todos se devem comportar como “homens de negócios de uma economia aberta e competitiva e não como pessoas protegidas pelo Estado”.



Vários sectores de actividade estiveram representados na iniciativa que juntou angolanos e sul-africanos.

DUZENTOS E QUARENTA e sete milhões e 860 mil euros é o valor global aprovado do acordo de financiamento a ser celebrado entre Angola e o Banco Standard Chartered para a cobertura do sistema de transporte de energia associado à hidroeléctrica de Laúca.



ADMINISTRADORES municipais, directores provinciais e estudantes universitários participaram, em Malanje num workshop sobre os resultados do estudo do OGE 2017, numa iniciativa da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).



Investidores queixam-se de barreiras no acesso ao pólo.

Santos Samuessa © VE



FORAM EMITIDAS APENAS OITO LICENÇAS PROVISÓRIAS

Pólo de Negage luta com falta de verbas

INDÚSTRIA. Faltam 131 milhões de dólares para a concretização do pólo de Negage e Soyo. Projectos deviam ter começado em 2015, mas ainda não saíram do papel. No Negage, já há licenças, mas ainda não são definitivas.

Por Miguel Daniel, no Uíge

As obras das infra-estruturas dos pólos do Negage e Soyo deveriam ter começado em 2015, de acordo com a promessa feita pela ministra da Indústria, Bernarda Martins. No entanto, dificuldades na captação de recursos, estimados em 131 milhões de dólares, condiciona a instalação de potenciais investidores, segundo o coordenador Pedro Barroso Catendi.

Actualmente, no Negage, está instalada a fábrica de colchões e decorrem obras para uma outra fábrica, a de papel, que deve entrar em funcionamento ainda este ano. Para breve, está previsto o loteamento de 210 hectares, dos 1.560 que comporta o perímetro.

Enquanto se aguarda pelos 131 milhões de dólares, foram abertos alguns arruamentos destinados aos empresários que tenham títulos de superfície e que estejam interessados em investir. Mas estes terão de captar a água através de furos artesanais e celebrar contratos de fornecimento de energia com a ENDE. O Ministério da Indústria tenta captar, no estrangeiro, financiamentos para os pólos. Pedro Barroso Catendi lança o desafio às empresas locais para se instala-

210

Hectares, perímetro para ser loteado em breve dos 1.560 previstos.

rem no pólo, seguindo o exemplo da fábrica de tintas que já manifestou essa intenção.

Apesar das intenções do Ministério, os empresários queixam-se de dificuldades para se instalarem nos pólos. Um deles, Gilberto Cassumba, gestor da fábrica de água Cesse, do Grupo Marcegon, preferiu investir fora para evitar “exi-

gências que encarecem os projectos ao ponto de afugentar os investidores”. “Existem fábricas a funcionar no município, mas fora do pólo industrial”, sublinha, lembrando que “muitos empresários foram obrigados a redireccionar os seus investimentos para outras províncias, com maior predominância para Malanje, onde, em menos de 15 dias, se consegue regularizar a situação, enquanto, no Uíge, as propostas ficam engavetadas mais de um ano”.

O Grupo Marcegon conta com outros investimentos na província, com realce para a hotelaria e indústria. A fábrica de enchimento de água produz actualmente 27 mil garrafas de um litro por dia, contra as 67 mil previstas, devido à carência de divisas, o que con-

Oito licenças provisórias

O pólo industrial concedeu licenças provisórias às empresas Cerone, DMT Service Plateindústria, Aluperfil, Neves e Neves, Propharex, Soicafé, JP JAT e a Fazenda Adriano. A Cerone pretende produzir materiais de cerâmica e ornamentação, enquanto a DMT Service Plateindústria aposta na produção de chapas onduladas e tubos galvanizados. Por sua vez, a Aluperfil devia fabricar materiais de alumínio e estruturas metálicas, deixando para a Neves e Neves a produção de plásticos diversos. A Propharex tenciona produzir medicamentos através de plantas medicinais e materiais gastáveis de apoio hospitalar, enquanto a Soicafé planeia fazer a torrefacção e transformação do bago vermelho. A JP JAT, por sua vez, vai trabalhar com cerâmica. Já a Fazenda Adriano vai abrir uma serralharia, marcenaria e carpintaria industrial.

diciona igualmente a implementação da segunda fase do projecto que prevê a produção e transformação de citrinos, numa área de aproximadamente, 104 hectares.

A fábrica lançou recentemente três marcas de água com sabor aromatizado e tem planos para a produção de citrinos e a sua transformação em sumos, além de retomar a exportação da água para a Namíbia e para os Emirados Árabes Unidos. Gilberto Cassumba queixa-se da falta de energia da rede que, segundo refere, tem elevado os custos das empresas, o que “podia ser evitado, se os 20 megawatts de energia disponibilizados ao município fossem devidamente explorados”.

A delegação provincial do Ministério da Indústria admite que há alguns impasses na aprovação de projectos. No entanto, Pedro Barroso Catendi explica que “qualquer processo tem requisitos a cumprir e que devem ser conformados aos objectivos dos pólos”.

Economia/Política

PARA A COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS

Governo insiste com portal que não funciona

IMPOSTOS. Portal do Município foi lançado no ano passado com previsão para ser usado nos mais de 160 municípios até Abril de 2017. Um ano depois, a página continua em construção, não tem serviços ‘online’ e funciona apenas em três administrações municipais.

Por Isabel Dinis

O Presidente da República aprovou, em Janeiro deste ano, um decreto em que determina que as cobranças e os pagamentos pelos serviços municipais devem ser feitos através do Portal do Município, mas o site, lançado em Março do ano passado, nunca funcionou.

Por altura do lançamento do portal, estava prevista a sua implementação em 160 municípios até Abril do mesmo ano, mas a meta está longe de ser alcançada. Mesmo em Luanda, onde os serviços deveriam estar disponibilizados em

todo o território até Março de 2017, apenas três administrações municipais e outras três distritais utilizam a plataforma.

O portal foi lançado pela Comissão Administrativa de Luanda em representação do governo provincial com o propósito de permitir maior controlo das receitas e a abolição da emissão física de documentos. O objectivo era garantir que qualquer pessoa, com acesso à internet, pudesse adquirir documentos como agregado familiar, atestado de residência e licença de obras ou comercial.

Um ano depois, a plataforma continua em construção, não sendo possível o acesso ao site muito menos a requisição de qualquer serviço. A vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda, Maria



MEMORIZE

- **Estava previsto** que, até Março do ano passado, o Portal do Município estaria a funcionar em todos os municípios de Luanda e, em Abril, para os mais de 160 em todo o país. Um ano depois, apenas três municípios e igual número de distritos estão a usar o portal, que pode ser consultado em www.municipal.minfin.gov.ao.

Amélia Rita, admite que “os prazos para Luanda e para o país não foram cumpridos”, mas minimiza o facto, referindo que os resultados da implementação do portal “são positivos”. A responsável estima em cerca de 80% a materialização do portal em Luanda.

resolvida num mais curto espaço de tempo”, explicou, referindo-se aos propósitos do investimento.

IMPLEMENTAÇÃO SEM DATA

A implementação do portal em todas as administrações municipais, depois de falhada a meta de Abril do ano passado, não tem uma data prevista. Maria Amélia Rita prefere não avançar novas metas para “não ser cobrada pela imprensa”. A dirigente garante, no entanto, que “já não vai ser necessário levar mais de um ano até pela experiência já adquirida em Luanda e pela legislação já aprovada”.

Para acabar com os problemas do sinal da internet, registados nas administrações em que já é usado o portal, o ministro das Finanças recebeu ordens de João Lourenço para disponibilizar verbas para adquirir os equipamentos necessários.

DOIS FUNDOS PARA OS MUNICÍPIOS

O Governo criou dois fundos destinados aos municípios: o Fundo de Equilíbrio Nacional (FEN) e o Fundo de Equilíbrio Municipal (FEM). O primeiro vai ser alimentado pela receita dos impostos e o segundo pelas taxas municipais.

A criação destes fundos foi possível “devido ao portal”, garante Maria Amélia Rita. Angola já tinha ensaiado, em 2008, a criação de um fundo com o objectivo de dotar as administrações municipais com recursos financeiros adequados para “uma eficaz e rápida intervenção na resolução de problemas urgentes que contribuíssem para a melhoria do bem-estar das populações”. Foi denominado Fundo de Apoio à Gestão Municipal (FUGEM).

O FUGEM destinou cinco milhões de dólares a 68 municípios, mas a experiência durou pouco. Em 2011, o então vice-ministro da Administração do Território, Cremildo Paca, admitia que o FUGEM “teve alguns erros”, que deveriam ser corrigidos com a criação de outros diplomas. Foi então extinto e, no seu lugar, surgiu o Programa Integrado de Desenvolvimento Rural.

Quanto ao decreto aprovado por João Lourenço, em Janeiro, este entrou em vigor a 14 deste mês e prevê que a aplicabilidade do portal seja para todo o território nacional, competindo a sua gestão ao delegado provincial das Finanças.

Sobre a falta de funcionamento do portal, Maria Rita avança “constrangimentos”, como a impossibilidade de manutenção do sinal de internet e a resistência dos funcionários em aceitar o uso do portal. “Mas superámos a resistência dos funcionários”, assegura a responsável, a mesma que garante que, nos municípios em que é usado o portal, já foram feitas “algumas conquistas”, como a abolição dos requerimentos em que era exigida a folha de 25 linhas com selo e agregado familiar. “Pedir os documentos a partir de casa não é o mais importante para nós. O primeiro aspecto é que os recursos não se percam pelo caminho e que sejam encaminhados directamente para a conta única. O segundo é que o município veja a sua necessidade

Existe escola de pensamento económico no Governo de JLo?



PRECIOSO DOMINGOS

Presidente da República,
João Lourenço



À luz de tudo isso pergunto: como resolver o caso angolano? Qual deve ser a saída para estagflação que aniquila a sociedade? Será parte da solução os economistas terem necessariamente uma escola de pensamento económico? Existe alguma escola de pensamento económico no Governo de João Lourenço?

No artigo anterior, disse e demonstrei, através de dados, que a economia angolana padecia de desaceleração do seu crescimento provocada pela insuficiência de gastos ano após ano, tendo como base a contracção registada ao nível das quatro variáveis fundamentais que denominei de 'os quatro motores da economia angolana': (baixo) consumo privado, (baixo) investimento privado, (baixo) investimento público e (baixas) exportações.

Uma economia que não cresce está associada a um maior nível de desemprego. Se ao problema de desemprego associarmos um outro grande problema macroeconómico que é a inflação, diremos que Angola enfrenta uma estagflação (desemprego elevado e inflação elevada). A inflação e o desemprego são das enfermidades mais destrutivas conhecidas pela sociedade moderna, nada destruirá mais cabal e plenamente uma sociedade que deixar que a inflação e o desemprego prevaleçam. A gravidade

é maior quando as duas doenças aparecem em simultâneo (estagflação).

Quando o economista mais proeminente do século XX, John Maynard Keynes, surge com o seu Modelo IS-LM na altura da grande depressão, foram obtidas respostas claras que permitiam enfrentar os dois problemas principais de uma determinada economia: inflação e desemprego. Keynes afirma que, no longo prazo, estamos todos mortos e por isso apresenta um modelo de curto prazo, isto é, baseado na procura agregada da economia.

Para Keynes, se o problema de uma dada economia for níveis elevados de inflação, então existe um excesso de procura agregada e o Estado deve intervir no sentido de reduzi-la. Como? Desincentivando o consumo privado através do aumento dos impostos, desincentivando o investimento privado através do aumento das taxas de juro, fazendo corte nos gastos públicos e reduzindo a procura externa através da manipulação cambial (valorização da moeda). Se, ao invés de inflação, o problema da economia for desemprego elevado, existe baixa procura agregada e, por

isso, o Estado deve intervir, fazendo o oposto do que faria em contexto de problema inflacionário: estimulando o consumo privado através da redução de impostos, estimulando o investimento privado através da diminuição das taxas de juro, aumentando os gastos públicos e estimulando a procura externa através de uma moeda mais desvalorizada.

Keynes morre como economista na década de 1970 por causa de uma grande insuficiência não prevista no seu modelo: existência de inflação e desemprego em simultâneo (estagflação). O modelo entra em contradição porque, para o problema da inflação, recomenda baixar a procura agregada e para o problema do desemprego propõe aumentar a procura agregada. Desde a altura em que o modelo foi apresentado nos anos 19330 e até ao fim da década de 1960, o modelo funcionou perfeitamente, tudo porque tanto os EUA como a Europa, após o fim da segunda guerra mundial, não experimentaram os dois problemas de forma simultânea, era um outro. No início da década de 1970 ocorreu o grande choque petrolífero que fez com que

o preço do petróleo aumentasse em 267% de um ano para o outro (1973 a 1974). Com praticamente o triplicar do custo dessa matéria prima fundamental (petróleo), as economias passaram a ter problemas de inflação resultantes do aumento do custo de produção, e não de excessiva procura agregada, conforme dizia Keynes. Nessa altura, as economias enfrentavam problema de desemprego e, a este, associou-se o problema da inflação por via dos custos. O termo estagflação surge exactamente nessa época e dita a morte de Keynes. A morte de Keynes dá lugar ao surgimento do grande economista Milton Friedman. Para Friedman, a economia deve atingir o equilíbrio sem uma intervenção beligerante do Estado, desde o ponto de vista da política orçamental (fiscal), monetária e cambial. O Estado deve sempre manter os pressupostos da economia equilibrados, os gastos públicos devem ser moderados e devem limitar-se ao essencial. A política económica tem que ver mais com aspectos microeconómicos da economia (economia industrial; investimento privado) do que propriamente macroeconómicos. Competitividade das empresas é a chave.

Friedman começa a dominar a economia em 1973 e entra em descrédito em 2008, altura da crise económica financeira provocada pelas ideias neoliberais da desregulação completa dos mercados. O então recém-eleito presidente Barack Obama decidiu criar um pacote de estímulos para recuperar a economia (combater o desemprego). Ocorre assim a ressurreição de Keynes.

À luz de tudo isso, pergunto: como resolver o caso angolano? Qual deve ser a saída para a estagflação que aniquila a sociedade? Será parte da solução os economistas terem necessariamente uma escola de pensamento económico? Existe alguma escola de pensamento económico no Governo de João Lourenço? Estas e outras questões são a base do meu próximo artigo de opinião dentro de 15 dias neste mesmo espaço.

Economista e investigador do CEIC

Mercados & Finanças

CRÍTICAS DE EMPRESÁRIOS SOBRE OS ATRASADOS

Finanças rejeitam responsabilidades sobre falência de empresas privadas

DÍVIDA PÚBLICA. Secretária de Estado do Orçamento responsabiliza empresários pelo insucesso dos seus próprios negócios, com impostos por liquidar e envolvimento em esquemas de falsificação de dívida pública. Também denuncia governantes que colocam “almoços oficiais” na classificação de dívida. Empresários, unidos, atacam Governo.

Por Nelson Rodrigues

O Ministério das Finanças negou ter responsabilidades sobre a falência das empresas privadas, atirando culpas aos empresários que aceitam participar em esquemas de falsificação de dívidas e tráfico de influência.

A secretária de Estado do Orçamento, Aia-Eza Silva, rebateu assim as críticas de líderes de associações empresariais, empresários privados, nacionais e estrangeiros, banqueiros e gestores, no primeiro ‘almoço conferência’ do jornal Expansão, que debateu as linhas de fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE).

De acordo com os empresários, os atrasos do Estado “contribuem para a redução ou falência das pequenas e médias empresas que fornecem bens e serviços ao Governo”.

Já Aia-Eza Silva garante que as acusações “não são verdadeiras”, argumentando que, parte das dívidas que chega ao Ministério das Finanças, “não tem documentação, nem certificação”.

“A dívida que o Estado contrai

com os bancos está totalmente bem documentada. Está em livros, tem registos. Há dívidas que são de fornecedores de bens e serviços ao Estado. Quando bem documentadas, temos consciência de que existe. E há dívida que fornecedores de serviços prestam ao Estado, na base do amiguismo, coleguismo, de tudo menos instrumentos de despesas explícitas”, defendeu-se.

A governante garantiu que, “numa boa parte dos casos”, o Ministério “nem sabe da existência dessas dívidas”. “Não fizeram périplo que a despesa pública deve cumprir para que exista”, denunciou, quando contrariava, em resposta, a vice-presidente da Associação Agropecuária, Comercial e Industrial da Huila, Filomena Oliveira.

Aia-Eza Silva deu exemplos de governantes que incluem na classificação de dívida iniciativas dos governos provinciais, como almoços, visitas de delegações governamentais ou de entidades privadas, num esquema entre o empresário do restaurante e líderes das províncias. “Posso dar um exemplo que acontece muito no nosso país. Há uma actividade governamental que vai fazer deslocar entidades públicas ou privadas às províncias. E vai haver um almoço para essas entidades. Solicita-se a um empresário que sirva. Esse empresário

MEMORIZE

- **Governo assume pagar dívidas de 500 milhões de kwanzas, desde que “devidamente certificadas”. E admite que, dívidas superiores a esse valor, não são pagas por “problemas de tesouraria”. Aia-Eza da Silva afirma que o Estado tem apenas 13 mil milhões de dólares e reservas líquidas internacionais.**

nunca recebeu uma nota de cabimentação dessa despesa. A este empresário, nunca foi emitida uma ordem de saque, mas, para ele, tem uma dívida a cobrar ao Estado”, aponta. Para o Estado, prossegue, “essa dívida não é cobrada. Então, muita da dívida que é reclamada como dívida ao Estado, não tem documentação”.

São esses atrasos que, segundo Filomena Oliveira, contribuem para a falência de vários negócios, posição que, aliás, foi corroborada pelo congénere da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, que expôs uma lista ‘sem fim’ de empresas dadas como encerradas em anúncios no Jornal de Angola.



Aia-Eza da Silva, secretária de Estado, não poupou nas palavras para criticar os empresários

FALÊNCIA POR DÍVIDA AO FISCO

Por seu turno, Aia-Eza garantiu que parte das empresas anuncia o encerramento “como mecanismo de fuga ao fisco”. Ou seja, “declaram falência, problemas técnicos, para, no dia seguinte, criarem outra entidade com os mesmos activos da empresa dada como encerrada”.

“Há várias empresas a fechar, porque não têm os pagamentos que lhes são devidos. Porque a economia teve mesmo um ponto baixo. E isso é natural que aconteça, porque as economias quando têm crise, as pequenas e médias empresas são as primeiras a sofrer. Há empresas a fechar por causa desse processo de dívidas que se acumulou, não só por parte do Estado, mas por parte dos privados. Mas há muitas empresas que fecham porque não querem liquidar impostos. Declararam falência, problemas técnicos, fecham e, no dia seguinte, os sócios voltam a abrir outra empresa diferente, tudo para se livrarem dos impostos”, reforçou a secretária de Estado.

GOVERNO PREOCUPADO

Apesar das denúncias de esquema de corrupção e tráfico de influência na classificação das dívidas, Aia-Eza admite que o Governo “está preocupado” com a situação da falên-

cia, reconhecendo também que é, em parte, por causa dos atrasos na liquidação de contas pelo Estado. “Em relação à regularização das dívidas das pequenas e médias empresas, tem sido uma questão que nos tira o sono”, enfatizou. “Infelizmente, não temos um país cheio de dinheiro. As nossas reservas internacionais líquidas são, hoje, pouco mais de 13 mil milhões de dólares. Isto é, 10% do PIB. Não sei quem dá essa perspectiva de que temos um país cheio de dinheiro, mas, provavelmente, não sou eu, nem posso ser eu, porque sou a pessoa que tem de cortar despesas, sou a que tem de dizer não aos órgãos. Sou uma das pessoas no Governo que é muito odiada, porque digo ‘não’, porque não temos um país cheio de dinheiro”, disse Aia-Eza.

Apesar das críticas dos empresários, a secretária de Estado do Orçamento assegurou que, no ano passado, o Governo fez “um esforço tremendo de pagamento de uma parte da dívida”. “Não se conseguiu pagar tudo, porque se estabeleceu um critério: a dívida até 500 milhões de kwanzas foi paga imediatamente, desde que devidamente certificada. A dívida acima dos 500 milhões é que não conseguimos pagar, por questões de tesouraria”.

OS BANCOS COMERCIAIS vão passar a ser penalizados pelo BNA por incumprimento dos prazos na execução de transferências bancárias e disponibilização de fundos em moeda nacional.



BCI “está a ponderar se acata ou não” a medida do BNA que proíbe a cobranças de comissões e despesas em moeda estrangeira na comercialização de produtos financeiros.

DEPOIS DE FACTURAÇÃO DE 4 MIL MILHÕES EM 2017

Bonws Seguros aguarda ‘break-even’ este ano

SEGUROS. Número um da seguradora antecipa ao VALOR em quanto devem fechar as contas de 2017, actualmente sob avaliação do auditor independente. E projecta já o anseio dos accionistas em atingir o ponto de equilíbrio ainda este ano. Seguro de saúde garantiu 75% na facturação do ano passado da entidade controlada pelo angolano Mário Franco.

Por Nelson Rodrigues

Os accionistas da Bonws Seguros, entidade financeira criada há três anos, prevêem fechar as contas deste ano com o ‘break-even’, depois de terem contabilizado, em 2017, uma facturação acima de quatro mil milhões de kwanzas, avançou ao VALOR o presidente da sua comissão executiva, Luís Vera Pedro.

A contribuir para o desempenho da entidade, no ano passado e para a base da previsão de crescimento em 2018, está o seguro de saúde, produto que participa em mais de 75% na facturação da empresa, aliado ao seguro de acidente de trabalho.

“O ano 2017 foi extraordinário. Um ano formidável. Foi de confirmação daquilo em que a Bonws vinha a trabalhar desde 2015, criar soluções completamente adaptadas às necessidades da sociedade. Os resultados ainda estão a ser consolidados e verificados pela PricewaterhouseCoopers (PWC), mas tudo indica que fecharemos o ano em cima dos quatro mil milhões de kwanzas”, antecipou o gestor.

Luís Pedro sublinha que a companhia está em linha com a “normalidade do mercado segurador”, visto que, em regra, “as seguradoras só atingem break-even ao terceiro ano”.

Criada em 2015, a Bonws Seguros é detida maioritariamente pelo angolano Mário Franco e todo o



Luís Pedro, CEO da Bonws Seguros

capital é nacional. Sem agência e pontos de vendas, a seguradora conta com mais de seis corretores na distribuição dos seus serviços, um canal que, segundo Luís Pedro, ajuda na rentabilidade.

“Somos uma empresa que, ao contrário de muitas seguradoras,

não trabalhamos o mercado massificado. Não temos agências abertas, não temos balcões de distribuição, não temos comerciais na rua. O nosso canal privilegiado é o corretor, que tem sido o grande apoio da Bonws”, explica para depois acrescentar que todos os clientes foram

75%

Corresponde o grau de participação do seguro de saúde na facturação total do ano passado da Bonws Seguros.

MEMORIZE

- Criada em 2015, a Bonws Seguros é detida maioritariamente pelo angolano Mário Franco. Aliás, todo o capital da empresa é nacional. Sem agência e pontos de vendas dos seus produtos, a seguradora conta com mais de seis corretores na distribuição dos seus serviços, um canal que ajuda na rentabilidade da empresa.

se queixa a maioria dos empresários nacionais. O gestor confirmou, por via de um telefonema, que, no dia do fecho da presente edição, 23, fez o pagamento de cerca de 500 mil de um total de um milhão de euros que tinha a pagar junto dos parceiros dos resseguros, esclarecendo que se encontram dentro do prazo para o pagamento da outra parte.

“Todo o primeiro semestre de 2017 e anos anteriores estão pagos. Hoje mesmo, acabámos de fazer o pagamento de cerca de meio milhão de euros, estando por pagar apenas 500 mil. Não há dívida”, sublinha o gestor.

Entretanto, várias seguradoras, até ao princípio deste mês, manifestavam-se com dificuldade de honrar os compromissos com os parceiros internacionais, devido a dificuldades no acesso a divisas. “A Saham, enquanto companhia que tem uma grande presença em seguros de cariz mais técnico, tem tido muitas dificuldades no pagamento de resseguro. Estamos a priorizar, ao máximo, todos os pagamentos, utilizando (com dificuldade) algumas (poucas) reservas em moeda estrangeira que temos, e potenciando os pagamentos de sinistros de resseguro, que são feitos em moeda estrangeira pelos resseguradores, para efectuar os pagamentos mais prioritários”, adiantou, por exemplo, em Janeiro, o PCA da seguradora, Paulo Bracons, segunda maior entidade seguradora nacional medida por quota de mercado a seguir à ENSA. Em finais do ano passado, a Agência de Regulação e Supervisão dos Seguros (ARSEG) prometeu intervir junto do Banco Nacional de Angola (BNA).

captados por via desses agentes.

Do grupo de corretores de seguros, apesar de trabalhar com todos, o gestor destaca seis, que, como sublinhou, “são os principais” do mercador nacional.

CONTAS EM DIA NO RESSEGURO

Por outro lado, Luís Pedro assegura que a Bonws não tem dívidas no resseguro, apesar da crise de cambiais que afecta o mercado e de que

Empresas & Negócios

TOP 500 ÁFRICA

Sonangol entre as cinco maiores do continente, mas desce uma posição

NEGÓCIOS. Seguradora Saham e a Sociedade Mineira de Catoca também fazem parte da lista das 500 melhores empresas do continente. Ausência de destaque vai para a Total Angola, considerando a presença de algumas das suas congéneres.

Por César Silveira

A

Sonangol passou de segunda para a terceira maior empresa de África, no 'ranking' de 2018 das 500

maiores empresas do continente da revista África Report, publicado recentemente, com base no desempenho de 2016.

O estudo que se baseia, entre outros itens, no volume de negócio, acções de responsabilidade social, número de empregos e importância das empresas para a economia dos respectivos países, destaca os vários investimentos que a petrolífera tem noutros sectores e fixa em mais de 14 mil milhões de dólares o seu volume de negócios.

“É principalmente responsável pela exploração, produção, fabrico, transporte e comercialização de hidrocarbonetos, mas possui mais de 30 subsidiárias, que basicamente trabalham para ajudar a Sonangol a atingir as suas necessidades. Estas incluem empresas de telecomunicações, ferrovias, sistemas de transporte e instalações de refinaria localizadas em todo o mundo. Também é um importante patrocinador das artes, desportos e humanidades em Angola e em África”, descreve o estudo.

A liderar o Top500 está a Sonatrach, a congénere argelina da petrolífera nacional, com negócios avaliados em 30,2 mil milhões de dólares, ao passo que a segunda posição é da sul-africana Steinhoff International Holdings, que opera na madeira e papel, com um volume de negócios avaliado em mais de 17 mil milhões de dólares.

Sobre a Sonatrach, o relatório



A petrolífera nacional passa agora a ser a terceira maior empresa africana.

destaca que “é a maior empresa argelina e africana e o 11.º maior consórcio de petróleo do mundo”, assim como as concessões que possui na Líbia, Mauritânia, Peru, Iémen e Venezuela.

Entre as características, destaca-se a concentração dos negócios no segmento do petróleo e gás. “A empresa, que emprega mais de 120 mil trabalhadores, produz 30% do PNB da Argélia. As suas actividades diversificadas abrangem todos os aspectos da produção: exploração, extracção, transporte e refinação. Diversificou-se em petroquímica e dessalinização de água do mar. A Sonatrach está actualmente a expandir o oleoduto Hassi Messaoud-Azrew, o mais longo do país”, sublinha o relatório.

Nos próximos anos, de resto, a Sonangol também deverá ter o seu

MEMORIZE

● **Lidera o Top500** a Sonatrach, congénere egípcia da petrolífera nacional com negócios avaliados em 30,2 mil milhões de dólares. A Sonangol foi a segunda melhor empresa do continente nos relatórios anteriores.

173

Milhões de dólares, volume de negócios da Saham no ano de estreia no ranking

negócio concentrado no petróleo e gás, segundo as informações preliminares sobre o projecto de reformulação do sector que está em elaboração e, sobretudo, pelo consenso existente de ser o melhor modelo.

SAHAM ENTRA, CATOCA MELHORA POSIÇÃO

Pela primeira vez, desde 2007, três empresas angolanas constam do 'ranking' das 500 maiores empresas do continente. Depois de, nos anos anteriores, a Sociedade Mineira de Catoca passar a fazer companhia à Sonangol, no último 'ranking', a seguradora Saham juntou-se às duas. Aparece na posição 496 com um volume de negócios avaliado em 173 milhões de dólares.

Por sua vez, a diamantífera surge na posição 208 com um volume de negócio de 593,6 milhões de dóla-

res. E, contrariamente à Sonangol, tem melhorado a posição, visto que, em 2014, apareceu na posição 243.ª, depois de ter estado na 261.ª em 2013.

TOTAL ANGOLA SUPERADA PELAS CONGÉNERES

Entre as 500 maiores empresas do continente, é notória a ausência da Total Angola, considerando a presença de algumas das suas congéneres. E, sobretudo, por ter, no país, um dos seus maiores activos a nível mundial, o bloco 17 com uma produção diária de cerca de 700 mil barris por dia. Encontram-se no 'ranking' as filiais da empresa francesa na Nigéria, Quênia, Marrocos, Senegal, Gana e Costa do Marfim.

METODOLOGIA

A revista África Report, proprietária do grupo de média tunisino Jeune Afrique, apresenta, anualmente, em Fevereiro, o relatório, baseando-se nos resultados das empresas do ano que antecede ao imediatamente findo. Ou seja, o 'ranking' de 2018 considera os dados de 2016. A revista tem uma base de dados com mais de 12 mil empresas e envia questionários para todas ou perto disso. Cruzam as informações e estabelecem um 'ranking' com as principais 1.995 empresas africanas e as primeiras 500 são publicadas. Para permitir a comparação, aplicam as mesmas regras no tratamento das informações. Os dados financeiros devem ter uma fonte claramente definida, geralmente comunicada pelas próprias empresas. Se os resultados forem apresentados na moeda local, são convertidos em dólares com a taxa vigente a 31 de Dezembro do ano em análise. As empresas que fazem parte do 'ranking', se ficarem dois anos sem responder aos questionários, são eliminadas da base de dados.



A GALP, EMPRESA portuguesa, prevê iniciar a produção de petróleo no Bloco 32 em Angola durante o primeiro semestre deste ano, compensando a redução de produtividade do Bloco 14 revelou o administrador da empresa, Thore Kristiansen.



O PRESIDENTE DA REPÚBLICA criou uma comissão de preparação para a implementação do processo de privatização em bolsa de empresas públicas de referência, coordenada pelo ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior.

NOVA EMPRESA, ANGOLA EXPRESS, COMEÇA A SER 'DESENHADA'

ENANA convidada para accionista

AVIAÇÃO. Apesar de fazer parte da comissão instaladora da futura empresa pública privada, a ENANA não fazia parte dos potenciais accionistas. Além da TAAG, integram o projecto Best Fly, Aerojet, Airjet, Heliang e JLC.

Por Valdimiro Dias

A comissão instaladora da Angola Express, futura empresa público-privada que está a ser constituída para substituir a actividade doméstica da TAAG, convidou a ENANA para a estrutura accionista, segundo apurou o VALOR.

A ENANA também é membro da comissão instaladora e foi nesta condição que recebeu a proposta que está a ser analisada. A sua inclusão é vista na perspectiva de poder vir a concorrer para a redução dos custos das operações aeroportuárias, que é uma das maiores reclamações das operadoras privadas.

No desenho inicial da Angola Express, a parceria seria constituída entre a TAAG e as companhias privadas Best Fly, Aerojet, airjet, Heliang, JLC, estando a quota de cada uma condicionada



27

Milhões de dólares total de cada avião do tipo Dash 400 de fabrico canadiano.

AVIÕES A 270 MILHÕES USD

A nova companhia aérea deverá investir 270 milhões de dólares na compra dos aviões do tipo Dash 400. Cada aparelho custa 27 milhões de dólares e o projecto inicial prevê a aquisição de 10 aeronaves com capacidade para 72 passageiros cada uma. A comissão analisa as vantagens e as desvantagens de negociar directamente com o fabricante canadiano ou por intermédio do representante da construtora em África que tem sede na África do Sul. A decisão, em princípio, deve ser tomada brevemente, visto que o Executivo pretende que o projecto esteja concluído até ao fim do ano.

A opção pelos aviões canadianos tem que ver com os custos operacionais, muito inferiores em relação,

à capacidade financeira de cada uma das participantes.

No entanto, ainda existem reticências em relação à participação das operadoras privadas devido à actual conjuntura económica. Estas empresas enfrentam dificuldades financeiras, com o quadro da aviação doméstica a ser marcado por muitas falências, estando a TAAG a assegurar quase toda a procura doméstica. “Nenhuma destas pequenas companhias tem dinheiro para entrar nesta socie-

dade”, explica fonte próxima do processo.

Mas, como apurou o VALOR, o surgimento da Angola-Express não vai representar, necessariamente, a morte das companhias que vão fazer parte da sociedade, que poderão continuar a operar regularmente.

Grande parte dos trabalhadores excedentários da TAAG vai ser absorvida pela nova companhia, sobretudo pilotos, mecânicos, oficiais de operações. Das outras companhias também poderão sair quadros.

por exemplo, aos Boeings da TAAG. Só em combustível gasta menos de metade e as manutenções ficam ainda mais baratas, o que poderá também influenciar na redução dos preços dos bilhetes.

Pela justificação oficial, a criação da Angola-Express surge da necessidade de tornar rentável o transporte de passageiros nas rotas domésticas. Um estudo, realizado pelo Governo, concluiu que o transporte assegurado pela TAAG tem prejuízos acumulados de 30 anos, necessitando a companhia de novas aeronaves, segundo declarou o ministro dos Transportes, Augusto Tomás, há duas semanas. Uma das razões para essa ineficiência está ligada ao tipo de equipamento utilizado. “Temos de fazer um ‘road-show’ para seleccionar o tipo de equipamento mais adequado para o transporte aéreo doméstico e é um processo que está em curso, com a participação também do sector privado nacional, tendo em conta que é uma tarefa aberta para o privado”, disse na ocasião. O VALOR apurou ainda que está decidido que o actual Aeroporto ‘4 de Fevereiro’, depois da inauguração do novo aeroporto internacional, será convertido exclusivamente para voos domésticos, executivos e presidenciais.

EMPRESA CONTA COM NOVA DIRECÇÃO NO PAÍS

Primavera tem 3 mil clientes em Angola e Moçambique

A multinacional Primavera, fabricante de software, tem, em conjunto, uma carteira de três mil clientes activos nos mercados de Angola e Moçambique, segundo o CEO da Primavera BSS, José Dionísio.

“As estruturas locais, nestes mercados, são constituídas por cerca de 50 colaboradores que, para além de desenvolverem

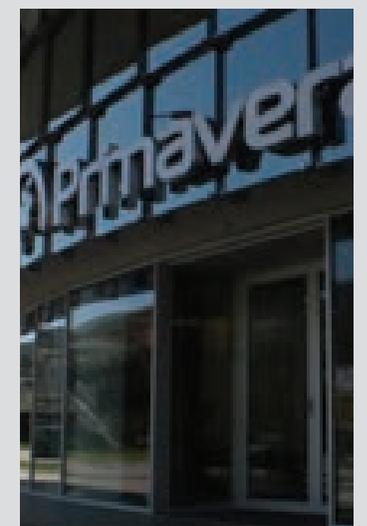
iniciativas de âmbito comercial, garantem a evolução das competências do canal de parceiros e de utilizadores dos seus produtos e serviços de consultoria em ambientes de projecto mais complexos” detalha, acrescentando que as empresas de média e de grande dimensões se destacam entre os clientes.

A empresa, desde o princí-

pio do ano, tem um novo director-geral em Angola. José Simões substituiu Sérgio Lopes e passou a acumular com o mesmo cargo para Moçambique.

“Na sequência do excelente trabalho desenvolvido nos últimos anos por Sérgio Lopes, entendemos convidar José Simões, quadro com imensa experiência de Primavera e dos mercados africa-

nos, a acumular a sua missão em Moçambique com a idêntica gestão da operação angolana. Apesar das crises económicas prolongadas pelas quais ambos os países têm passado, vemos em cada um deles um imenso conjunto de oportunidades por explorar, para além da absoluta necessidade de mantermos o apoio aos nossos parceiros e clientes”, explica José Dionísio.



Empresas & Negócios

INTERROMPIDOS POR FALTA DE MEIOS

TCUL reactiva serviços interprovinciais



TRANSPORTES. Operadora retoma, no próximo mês, as ligações com Benguela e Huambo, interrompidas há cerca de dois anos. Desde 2016 que autocarros da empresa viajavam apenas para o Kwanza-Sul e Kwanza-Norte, depois de já ter tido seis rotas no seu itinerário.

Por José Zangui

A empresa de Transportes Colectivos e Urbanos de Luanda (TCUL) vai reactivar, a partir do próximo mês, duas das quatro rotas interrompidas, há cerca de dois anos por incapacidade técnica, derivada essencialmente da redução da frota em cerca de 50%. A informação foi avançada ao VALOR pelo responsável da área de comunicação, Jesus Dias dos Santos, acrescentando que, dos 240 autocarros que a empresa recebeu, no ano passado, 25 passarão a fazer serviços interprovinciais, numa primeira fase, para Benguela e Huambo.

A empresa apenas liga Luanda com Kwanza-Norte e Kwanza Sul, depois de já ter conseguido ligar a capital do país a seis províncias.

A entrada em funcionamento dos novos autocarros não vai implicar a contratação de novos trabalhadores por não ter havido despedimentos na sequência da redução da frota em cerca de 50%. Muitos motoristas e cobradores foram colocados noutras áreas, como na oficina e, agora, serão reintegrados nas funções anteriores.

As rotas provinciais foram sempre apresentadas como as mais lucrativas das empresas de transportes colectivos, devido à dificuldade de atingirem a velocidade comercial em Luanda por causa do congestionamento e do mau estado das vias. E também por praticarem preços livres, contrariamente ao transporte urbano.

O mau estado das vias, os engarrafamentos e as vias fechadas são ainda apresentadas como uma das principais razões da rápida deterioração das frotas. Em 2014, a TCUL perdeu num incêndio 84 autocarros no parque do Cazenga que tornou a situação da empresa ainda mais difícil.

EXTENSÃO DAS BASES ADIADA

A empresa tem, desde 2012, um projecto de expansão das bases de transportes que, no entanto, não está a avançar conforme previsto. Por um lado, devido à falta de terreno, mas também porque, internamente, chegou à conclusão de que não fazia sentido ter muitas bases com uma frota de autocarros reduzida.

O projecto previa, além do alargamento da base do Cazenga,

a construção da base do Zango, da Vidrul, do Benfica e do Grafanil. Contudo, foram construídas apenas a base interprovincial do Grafanil, que funciona desde 2012, e a base do Zango. A última funcionou durante algum tempo, mas foi encerrada há três anos, porque, segundo os cálculos da empresa, não se justificava ter duas bases em Luanda devido aos custos logísticos.

FUSÃO COM A ABAMAT

Já é um facto a fusão entre a TCUL e ABAMAT, oficinas centrais da empresa de abastecimento de material para o sector automóvel. A ABAMAT tem três oficinas, uma das quais em Luanda, que foi reinaugurada em 2014 como resultado de um investimento de três milhões de dólares. As outras estão localizadas no Huambo e Benguela.



SACS JÁ NO BRASIL

Comunicações no III trimestre

O cabo submarino SACS, que liga Angola ao Brasil, poderá entrar em funcionamento no terceiro trimestre de 2018. A previsão é da Angola Cables, empresa proprietária do cabo de telecomunicações. Como previsto, o SACS chegou, a 21 de Fevereiro, a Fortaleza, estado brasileiro do Ceará, cerca de seis meses depois de ter partido da costa de Luanda. O cabo é o primeiro de fibra óptica transatlântico do Hemisfério Sul, o que deverá colocar Angola no panorama internacional das telecomunicações, em particular na relação com o Brasil, no transporte de conteúdos digitais entre os dois países. Avaliado em 300 milhões de dólares, o projecto inclui também a construção de um outro cabo submarino, o Monet, que ligará Santos e Fortaleza, no Brasil, a Boca Raton, nos Estados Unidos da América. No SACS e no Datacenter, em Fortaleza, a Angola Cables é a única investidora, enquanto, no Monet, a empresa angolana está a custear a construção de apenas 33% do cabo submarino.

“A instalação do SACS na costa brasileira é um marco importante para a conclusão deste projecto estratégico para Angola, de tal modo que representa um virar de página nas comunicações digitais mundiais, sobretudo por ser a primeira ligação directa entre os continentes africano e americano”, lê-se no comunicado da Angola Cable.

António Miguel



A EMPRESA Ramos Ferreira Engenharia, de projectos de instalações especiais, perspectiva um volume de negócio de 25 milhões de dólares este ano depois dos 12 milhões de 2017, segundo a PCA Carla Ferreira.



A SONANGOL vai concluir até finais deste mês o processo de análise das propostas técnicas recebidas para construção de refinarias, garantiu em Benguela, o presidente do conselho de administração, Carlos Saturnino.



O projecto previa a abertura de 78 unidades hoteleiras de médio e alto padrão até 2023

SÃO VICENTE ADMITE MANTER PLANOS

Hotéis das AAA com “prejuízos” e “miséria”

TURISMO. Presidente do grupo AAA Activos declara que os hotéis “só têm prejuízos”. Ainda assim, admite construir 50 unidades. Acordo com o francês ACCOR, assinado em 2015, foi rompido.

Por Isabel Dinis

O presidente do grupo AAA Activos, Carlos São Vicente, detentor de cinco hotéis da rede 'IU', revela que o balanço feito desde a abertura das unidades em 2016 tem sido “uma miséria” e que os empreendimentos “só dão prejuízos”.

Em declarações ao VALOR, São Vicente justifica as perdas com as taxas de ocupação que “são muito baixas” e com custos de operação que “são muito elevados”, por causa da crise. O gestor não quantifica o valor do prejuízo acumulado nos cinco hotéis, preferindo deixar a avaliação para o fecho de contas do grupo que só acontece em Março, mas reitera que

“operar hotéis nas condições actuais é um prejuízo daqueles”.

Apesar disso, o grupo está “a resistir e ainda “não atirou a toalha ao tapete”, mantendo os planos de abertura da rede IU e IKA, como previsto. “O país é nosso, não podemos deixar de acreditar em Angola. É uma fase difícil, mas há-de-se ultrapassar”, justifica.

Segundo os planos traçados em 2009, o grupo abriria, até 2023, 78 unidades de médio e alto padrões, projectando-se como a maior rede de hotéis de Angola. Passados nove anos do início do projecto, foram abertas apenas cinco unidades, com a perspectiva de abrirem mais quatro. Para Março, está prevista a inauguração dos hotéis do Sumbe, no Kwanza-Sul, e do Huambo e, para Abril, os de Mbanza Congo, Zaire, Benguela e Uíge.

Carlos São Vicente menciona agora a construção de 50 hotéis, mas num “ritmo mais lento” devido à actual situação económica. “Temos uma boa parte das infra-estruturas pron-

tas, mas, lá dentro, estão vazias. Faltam cozinhas, móveis, lavandarias”, explica, apontando, como uma das maiores dificuldades, a importação de equipamentos e de materiais de construção.

AAA ROMPE COM ACCOR

Em Julho de 2015, durante a visita do antigo presidente francês, François Hollande em Angola, a AAA Activos e o grupo francês ACCOR, que gere as cadeias Ibis e Mercure, em cerca de 100 países, assinaram uma parceria para a construção e gestão de hotéis, mas foi interrompida este ano, confirma Carlos São Vicente.

A parceria foi comunicada pelo grupo ACCOR, na Bolsa de Valores de Paris a 3 de Julho de 2015 e previa a abertura de 50 hotéis até ao ano passado, com a promessa de empregar três mil pessoas. No entanto, São Vicente garante que a ACCOR “não investiu nada e nem estava a gerir os hotéis”. A parceria, explica, era na área de marketing, reservas de hotel e formação de pessoal. “Era apenas nesse sentido. Os hotéis são nossos.”

Para São Vicente, romper com a ACCOR foi uma decisão “necessária” porque os benefícios eram “muito fracos” e ficaram “aquém” do acordado. “Não esteve ninguém da ACCOR em Angola e o trabalho todo que realizavam era feito fora. Estava previsto que mandassem uma equipa, mas nunca mandaram”, conta o gestor para quem “o país é para grupos com resistência”.

78

Número de hotéis que o grupo AAA planeava construir a partir de 2009

Equipas de Alto rendimento (EAR)



Marta Santos,
Senior Manager, People
Advisory Services

e pedem ajuda entre si. Isto permite que haja uma verdadeira confiança entre os seus membros, que fomenta o crescimento individual e da equipa.

• Conflito

Saber valorizar a diversidade é fundamental. Respeitar as diferentes opiniões e contributos. Participar activamente nas reuniões, contribuir e ser valorizado. O conflito tem todos estes aspectos positivos. Sem conflito, não há evolução.

• Compromisso

Há em todos os elementos da equipa um sentimento de pertença. Há um propósito comum. Assim, as prioridades são claras para todos e os interesses comuns são priorizados.

• Responsabilidade

Cada um conhece o seu papel e quer dar o melhor de si à equipa. Os elementos “puxam” uns pelos outros. Todos tentam melhorar constantemente e respeitam-se mutuamente por isso. Cumprem-se prazos e ultrapassam-se objectivos.

• Resultados

Sucesso frequente, que é partilhado e celebrado por todos. Retenção dos elementos da equipa, pelo sentimento de valorização e recompensa que uma Equipa de Alto Rendimento proporciona.

São os comportamentos de cada um e do conjunto que definem uma equipa.

Assim, é possível trabalhar para alcançar o alto rendimento.

Com acções concretas e conhecimento profundo do contexto e da realidade – do negócio, da liderança, da equipa e de cada um dos seus elementos – é possível transformar qualquer equipa numa Equipa de Alto Rendimento¹.

A Agenda das Pessoas¹ – a necessidade de ter as pessoas certas, com as competências certas, no lugar certo, com o valor certo, a fazer as coisas certas – exige que tenhamos nas organizações Equipas de Alto Rendimento.

A

s Equipas de Alto Rendimento trazem uma clara vantagem competitiva às empresas.

O que diferencia as Equipas de Alto Rendimento?

- Trabalham de forma enérgica.
- Partilham um propósito que motiva cada um dos seus elementos e promove comportamentos positivos.
- Valorizam as diferenças individuais entre os seus membros.
- Têm sistematicamente resultados de alta qualidade.
- Têm um elevado nível de compromisso com a empresa e contribuem claramente para o seu sucesso: melhores resultados e mais crescimento.

Um estudo realizado pela EY a nível global revela os seguintes dados nas empresas com Equipas de Alto rendimento, comparativamente às restantes:

- 7% menos de turnover;
 - Crescem mais 10%;
 - Têm mais 6% de rentabilidade.
- Porque é que umas Equipas têm sucesso e outras não?

Como se caracterizam as Equipas de Alto Rendimento?

Como transformamos as nossas equipas em Equipas de Alto Rendimento?

As EAR apresentam 5 comportamentos diferenciadores:

- Confiança
- Os elementos da equipa partilham conhecimentos, valorizam as diferentes experiências dos seus elementos, admitem erros

(In)formalizando

CINCO ANOS DEPOIS DO PROJECTO TER FRACASSADO

Governo recupera cozinhas comunitárias

ASSISTÊNCIA SOCIAL. Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher retoma, ainda este ano, o projecto das cozinhas comunitárias ensaiado no anterior programa do Governo 2012-2017, mas que não obteve sucesso. Responsáveis pelo projecto prometem, em breve, apresentar um novo modelo “sem dar tiros nos pés”.

Por José Zangui

As cozinhas comunitárias, um projecto governamental interrompido em 2012, poucos meses depois de ter sido implementado, nalgumas províncias, deve voltar a arrancar este ano.

Um novo modelo está a ser estudado, segundo o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, numa resposta, por carta, dirigida ao VALOR.

Aquele departamento ministerial esclarece que o projecto “não vai abranger” todos os municípios, mas “apenas onde a necessidade se justificar”. “Pretende-se um modelo diferente, um serviço municipalizado no âmbito da acção social”, esclarece.

O Orçamento Geral do Estado de 2018 inscreve, para o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, um valor de 29,05 mil milhões de kwan-

zas, 9,14 milhões dos quais para apoio a famílias mais carenciadas. No entanto, não está especificado um valor concreto direccionado às cozinhas comunitárias, o que leva a crer que, no ‘bolo’ destinado ao Ministério, vai encontrar-se um ‘arranjo’ para a implementação do projecto. “O orçamento foi aprovado recentemente e, neste momento, técnicos do Ministério estudam onde tirar o dinheiro para as cozinhas”, explica o departamento governamental na carta. O Ministério garante que “não vai ser cozinha de rua como as ante-

100

Kwanzas, valor oficial da refeição no modelo anterior das cozinhas comunitárias

riores onde quem chega come” e promete serem cozinhas “mais bem estruturadas”, defendendo que “agora a sociedade está mais atenta” e que “ninguém quer dar o tiro no próprio pé”.

No espírito da municipalização



Houve municípios em que o valor da refeição era cinco vezes mais do que o estipulado oficialmente.

MEMORIZE

- O Governo tentou implementar as cozinhas comunitárias, antes da realização das eleições de 2012, mas o projecto durou apenas alguns meses. Foi suspenso e deve retomar este ano, em moldes diferentes, mas com o mesmo objectivo: minimizar as dificuldades por que passam os mais carenciados.

dos serviços, a selecção dos municípios para a adesão ao programa será da responsabilidade dos presidentes das comissões de moradores de cada área. Estes terão de identificar as famílias carenciadas.

No modelo passado, os moradores que não possuíam o cartão de identificação do projecto e que se mostraram interessados em beneficiar da comida, pagavam 100 kwanzas por cada refeição. Mas houve municípios, como Sambizanga e Viana, em Luanda, em que a refeição chegava a custar 500 kwanzas.





CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



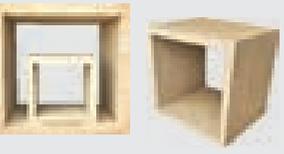
✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

• Blocos 	• Abobadilhas 	• Lancil 	• Pavê 	• Lajetas 
• Manilhas 	• Grelha de enlramento 	• Tubos 	• Cones 	• Caixas de visita 

✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS

• Vigotas 	• Painel e Laje Alveolar 	• Laje TT 	• Ripas 
--	--	--	--

✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



DE JURE



A proposta do Executivo foi aprovada com 172 votos a favor, nenhum contra e 16 abstenções.

DIPLOMAS FORAM APROVADOS NA GENERALIDADE

Parlamento dá 'luz verde' ao repatriamento de capitais

PROJECTO-LEI. Proposta do Governo, que não prevê qualquer investigação criminal, tributária ou cambial a quem proceder ao repatriamento de capitais de forma voluntária, e projecto da UNITA, que prevê ao pagamento de um imposto de 45% sobre os valores monetários repatriados, passaram ambos pela Assembleia Nacional.

Por António Nogueira

Os deputados à Assembleia Nacional aprovaram, na passada quinta-feira, na generalidade, a Proposta de Lei de Repatriamento de Recursos Financeiros Domiciliados no Exterior do País, de iniciativa do Presidente da República, e o

Projecto de Lei do Regime Extraordinário de Regulação Patrimonial (RERP), proposto pela UNITA, o maior partido da oposição.

Os dois documentos, que deverão agora seguir para a discussão na especialidade, surgem na sequência de uma decisão do Presidente da República anunciada em Dezembro do ano passado. João Lourenço referiu, na altura, que os angolanos detentores de recursos financeiros no estrangeiro deveriam preparar-se para repatriarem os capitais, no sentido de os investirem no país.

A proposta do Executivo, apresentada pelo ministro das Finanças, Archer Manguieira, foi aprovada com 172 votos a favor, nenhum contra e 16 abstenções, enquanto o projecto da UNITA, detalhado por Adalberto da Costa Júnior, teve 173 votos favoráveis, nenhum contra e 15 abstenções.

Na proposta levada à plenária pelo Executivo, os angolanos com depósitos superiores a 100 mil dólares no estrangeiro e não declarados vão ter seis meses para fazer o seu repatriamento para Angola sem estarem sujeitos a qualquer investigação criminal, tributária ou cambial.

De acordo com a proposta de lei, “terminado o período da moratória para o repatriamento voluntário, o Estado reserva-se o direito de, através de todos os mecanismos e procedimentos legais ao seu dispor, proceder ao sancionamento administrativo ou penal e à recuperação dos mencionados montantes cuja detenção e manutenção no exterior do país resulte da violação da legislação angolana que ao caso for aplicado”.

“Para efeitos dos objectivos referidos, é atribuída competência ao

peração internacional e participação nos acordos de troca de informação”, lê-se ainda no documento.

UNITA PROPÕE IMPOSTO DE 45%

O projecto da UNITA, ao contrário do Executivo, prevê o pagamento de um imposto de 45% sobre os valores monetários repatriados, reforçando que no caso de depósitos em instituições financeiras, o imposto deverá incidir sobre o montante do respectivo saldo.

No caso de se tratar de ouro, prata, minerais, metais e ligas metálicas, o imposto, segundo ainda o documento, deverá incidir sobre o seu valor justo de mercado, ao passo que, no caso de valores monetários, o imposto deverá ser sobre o seu valor facial.

O documento prevê a “regulização de recursos, bens e direitos mantidos no exterior e o seu repatriamento, isentando do pagamento de quaisquer multas ou taxas e exclui a responsabilização criminal”.

A proposta da UNITA dispõe, por outro lado, que os recursos patrimoniais, transferidos ou mantidos no exterior ou no interior do país, não declarados, cuja origem é o território nacional, por pessoas físicas ou jurídicas, deverão ser devidamente declarados ao Estado angolano e requerer pagamento de contribuição extraordinária.

O primeiro a avançar na “casa das leis”, sobre o processo de urgência, o documento do maior partido na oposição não defende apenas o repatriamento de capitais não declarados. Propõe uma lei que tenha duas direcções e regule o desvio de dinheiro e bens adquiridos com o dinheiro desviado.

O mesmo documento refere ainda, no seu capítulo 6.º sobre o repatriamento de activos, que “sempre que o montante de activos financeiros a repatriar for superior a 100 mil dólares, o declarante deverá solicitar e autorizar à instituição financeira no exterior a enviar informação sobre o saldo desses activos, para a entidade gestora do programa de regularização no país”.

No ponto 2 do mesmo artigo, refere-se que, no caso de impedimento de quaisquer ordens no repatriamento dos activos financeiros, o Estado angolano procederá a todas as diligências cabíveis pela ordem jurídica internacional para a protecção dos interesses que visam alcançar com o presente desiderato”.

MEMORIZE

● Os dois documentos, que deverão agora seguir para a discussão, na especialidade, surgem na sequência de uma proposta feita pelo Presidente da República, João Lourenço, em Dezembro do ano passado, para que os angolanos detentores de recursos financeiros no estrangeiro procedam ao repatriamento de capitais, para investirem no país.

172

É o número de votos a favor da proposta apresentada pelo Executivo

Titular do Poder Executivo no sentido de se criar um órgão específico vocacionado à recuperação dos referidos recursos e de outros elementos patrimoniais, bem como para o estabelecimento de mecanismos de coo-

100.000 BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

Gestão

O DESAFIO DA LIDERANÇA

O modelo das cinco Práticas de Liderança de Excelência



Paula Tomás

Directora da PIC, especialista em gestão técnica de recursos humanos

A liderança e as características que um grande líder deve possuir acompanhando a evolução da actualidade são temáticas que se encontram no centro das preocupações das organizações.

O líder do futuro será alguém capaz de desenvolver uma cultura ou um sistema baseado em princípios, mostrando a coragem e a humildade de aprender e crescer continuamente com a sua equipa, alguém capaz de mobilizar e inspirar, construindo um caminho partilhado.

O gosto pelo desafio, a curiosidade pelo desconhecido, a procura de inovação e a vontade de arriscar e experimentar caracterizam os futuros líderes.

A liderança não é uma característica inata nem exclusiva de uma determinada cultura. Ela existe e desenvolve-se em todos os patamares sociais, em todas as culturas e até em todas as profissões, e por isso é importante considerar duas perspectivas: a existência das pessoas na relação com os seus líderes e o que as organizações realmente necessitam.

Assim, indo ao encontro das características dos líderes do futuro, ressaltamos o modelo de

cinco práticas de Kouzes & Posner (2008) assente em cinco práticas capazes de dar resposta às necessidades de um ‘innovative leader’: 1) “Modelam o Caminho”: situam os princípios e as regras do jogo e dão o exemplo; 2) “Inspiram uma Visão Comum”: visionam o futuro, comunicam, informam e motivam; 3) “Desafiam o Processo”: procuram oportunidades, experimentam e correm riscos e aprendem com os erros; 4) “Dão suporte à Acção”: promovem a colaboração e desenvolvem e fortalecem os outros; e 5) “encorajam o coração”: reconhecem as contribuições e celebram as vitórias.

De modo a compreender e a identificar as práticas que os líderes utilizam no seu dia-a-dia e com base numa liderança transformacional, os mesmos autores desenvolveram o ‘Leadership Practice Inventory’ (LPI®), um instrumento desenhado para obter ‘feedback’ acerca de comportamentos de liderança que pode ser utilizado como

instrumento de 360° para que o líder obtenha informação acerca do seu comportamento, como está no presente e como pode evoluir e também fornecer ‘feedback’ baseado nos dados de diferentes perspecti-

O líder do futuro será alguém capaz de desenvolver uma cultura ou um sistema baseado em princípios, mostrando a coragem e a humildade de aprender e crescer continuamente com a sua equipa.

vas. O estudo revelou (ver exemplo imagem 1) que a produtividade e o ‘empowerment’ têm uma correlação significativa com os resultados do LPI®, bem como os líderes que adoptam as cinco práticas, são vistos como indivíduos que: são mais eficazes em alcançar resultados; têm mais sucesso a defender os seus departamentos; criam equipas de elevado desempenho; promovem lealdade e o compromisso. Revelou também que as cinco Práticas de Liderança de Excelência estão significativamente correlacionadas com a satisfação no trabalho, a produtividade e o comprometimento organizacional. O estudo foi realizado em líderes de todo o mundo, tem uma fidelidade acima dos .90 e o índice de desejabilidade social não foi significativo. As correlações foram encontradas em organizações do sector público, privado, sem fins lucrativos, e os resultados são consistentes em organizações em todo o mundo. Após a aplicação do estudo, foi possível obter

depoimentos de alguns dos líderes que participaram no mesmo, vejamos o caso de Ron Crossland, vice-presidente, Tom Peters Company que afirma:

“Utilizo o LPI® nos meus clientes há mais de 15 anos, em mais de 20 países em todo o mundo. Nunca falhou em ajudar os gestores a ganharem consciência acerca do que realmente põem em prática. Recomendo fortemente este instrumento universal e acessível a qualquer pessoa que queira melhorar a sua capacidade de liderança.”

Steve Coats, Sócio Gerente, International Leadership Associates diz:

“Utilizo o LPI® com os meus clientes há mais de uma década. É elegantemente simples, no entanto, profundamente poderoso. Mas, mais importante, as pessoas que o adoptam no seu desenvolvimento como líderes tornam-se efectivamente melhores líderes. Conclusão: o LPI® funciona.”

Assim, partindo da aplicação do LPI® e dos resultados obtidos, ressaltamos a importância da aplicação do modelo das cinco práticas de liderança aos líderes actuais e que serão também em simultâneo os líderes do futuro e que, por isso, devem formar uma visão impulsionadora do alcance de objectivos, desafios e sucessos.

O ‘workshop’ “As cinco práticas de liderança de excelência”, que iremos dinamizar em Luanda, em parceria com a Human Skills, será um dia de partilha e prática deste modelo, que tem como objectivo uma liderança transformacional e inspiradora, pois é através das cinco práticas e dos seus comportamentos que o líder transforma a realidade e consegue mobilizar e inspirar a sua equipa.

Item	Self	MEQ	Observações Individuais										ESCALA:
			G	C1	C2	C3	C4	P1	P2	O1	O2		
1. Dá o exemplo pessoal de tudo que é esperado	5	8.0	9	8	10	4	8	8	8	9	8		
6. Certifica-se que as pessoas aderem aos padrões que foram concordados	7	7.8	6	9	9	6	7	10	9	8	6		
11. Faz o que prometeu e o que acordou	9	7.9	7	8	7	7	8	9	8	9	8		
16. Pede feedback de como as suas acções afectam a performance das pessoas	6	7.3	6	7	7	7	8	8	7	8	8		
21. Constrói consenso acerca dos valores organizacionais	8	7.3	6	8	10	9	9	7	7	8	8		
26. É claro(a) acerca de sua filosofia de liderança	7	7.7	6	9	7	8	10	9	6	8	9		

+ Quase Nunca
 + Raramente
 + Poucas vezes
 + De vez em quando
 + Ocasionalmente
 + Às vezes
 + Usualmente
 + Bastantes vezes
 + Muito Frequentemente
 + Quase Sempre

Green
 Chefe Directo
 Ger
 Outros
 MEQ Média das pontuações de todos os Observadores LPI

Três chaves para uma África do Sul



FRED
PITASWANA

Jacob Zuma renunciou ao cargo de presidente da África do Sul – uma decisão inevitável, após a retirada do apoio do Congresso Nacional Africano (ANC, sigla em inglês). Duas décadas antes, Nelson Mandela tentou - e falhou - passar a presidência do partido para Cyril Ramaphosa, o ex-vice-presidente e actual chefe do ANC, para se tornar líder da África do Sul. Hoje, os desafios que Ramaphosa enfrenta são quase tão assustadores quanto os que Mandela enfrentou ao erguer o país das ruínas do 'apartheid'.

Há quase um quarto de século, quatro anos depois de Mandela ter sido libertado da prisão, os sul-africanos celebraram o nascimento de um Estado inclusivo e constitucional. Durante o mandato de Zuma, no entanto, essa euforia evaporou-se. Entre alegações de corrupção endémica, descidas de

'ratings', apodrecimento corporativo e aprofundamento do mal-estar entre as empresas estatais, a posição regional e internacional da África do Sul ficou mais enfraquecida.

Para muitos, Ramaphosa representa um retorno à força nacional. Prometeu restaurar a credibilidade na gestão dos assuntos da África do Sul e revigorar os valores da inclusão democrática. Os gestos simples, como iniciar reuniões a horas, são abordagens bem mais distante das de Zuma.

Mas retornar a prestação de contas e a boa governação para a África do Sul exige muito mais do que pontualidade. Três áreas-chave precisam de uma atenção urgente se o actual líder do país quiser traçar um novo percurso.

O primeiro desafio, o de restabelecer a fé no Estado de Direito, pode ser o mais difícil de se alcançar. A 'captura' das empresas da Zuma, a Autoridade Nacional de Fiscalização e as

nomeações do gabinete são dominadas por redes de influências duras de desembaraçar e que levarão tempo. Mas restaurar a confiança pública nessas instituições vitais deve ser uma prioridade.

Em segundo lugar, o governo de Ramaphosa precisa de avançar rapidamente para reformar o relacionamento do Estado com as empresas públicas. Zuma tratou esses negócios como veículos para os seus ganhos pessoais e a sua má gestão prejudicou o crescimento económico e o desenvolvimento. Uma economia caracterizada pela pobreza, desigualdade e desemprego nunca se recuperará se os condutores da riqueza não estiverem efectivamente a operar.

Por exemplo, a mineração continua a ser um contribuinte significativo para a economia sul-africana. Se for gerido correctamente, o sector poderá ser uma alavanca poderosa para suportar o crescimento da indústria. A África do Sul tem alguns dos maiores depósitos de crómio e manganês do mundo, minerais essenciais para o fabrico de veículos eléctricos, turbinas eólicas e outros componentes da chamada Quarta Revolução Industrial.

Infelizmente, porque o governo de Zuma usou a riqueza destes recursos redistribuindo minas para clientes leais, a confiança entre o sector de mineração e o Estado é inexistente. E a única maneira de restaurá-la - e, assim, aumentar a exploração e a produção - será a revisão da legislação e da regulamentação para assegurar uma maior protecção dos interesses da indústria.

Restaurar a confiança e a responsabilidade no ambiente de negócios atrai investimentos, cria empregos, enche os cofres do Estado e melhora a redistribuição, especialmente para aqueles para quem as perspectivas de emprego continuam a ser limitadas. Este ponto é a chave. Nos últimos anos, os programas de assistência social da África do Sul foram ameaçados pela má governação e pela má gestão e só podem ser reformados se o crescimento económico for restabelecido.

Finalmente, Ramaphosa vai precisar de investir fortemente no sistema educação da África do Sul, um sector que Zuma negligenciou. Um bom lugar para começar seria com a educação infantil, em que os gastos, muitas vezes, produzem altas recompensas a longo prazo. Com uma taxa de desemprego juvenil actualmente a escalar os 39%, colocar mais jovens no trabalho exige repensar como as gerações futuras serão treinadas.

A África do Sul é um país pequeno, mas com uma liderança reformista pode reassumir o papel regional de ser uma potência económica e política. Na verdade, este pode ser o momento ideal para fazer mudanças no topo. Grande parte da África está a passar por mudanças semelhantes, o que pode trazer novas oportunidades para a cooperação económica. No vizinho Zimbabwe, por exemplo, o fim da má governação de Robert Mugabe pode reavivar o crescimento não apenas dos recursos naturais, mas também dos produtos, serviços e comércio.

Enquanto a África do Sul navega na sua própria transição presidencial, o país deve redefinir o seu papel no panorama geopolítico em evolução. Para fazer isso, deve reafirmar-se como um actor influente, ao mesmo tempo que procura alcançar uma estratégia de investimento mais dinâmica, efectiva e integrada. A diplomacia forte e o alcance de metas comerciais serão essenciais, e os líderes da África do Sul devem abraçar e integrar associações de clubes económicos, como o grupo BRICS de grandes economias emergentes (que também inclui o Brasil, a Rússia, a Índia e a China).

Os sul-africanos estão prontos para as novas lideranças. Mas para alcançar um futuro definido pelo pleno emprego, justiça social, governação forte e credibilidade internacional - a era que Mandela representou - Ramaphosa precisará retornar o caminho a partir do qual Zuma se desviou tão flagrantemente.

presidente Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais.



Depois de quase uma década de desgoverno de Jacob Zuma, os sul-africanos estão ansiosos por um líder que possa reverter as fortunas políticas e económicas do país. O presidente do ANC, Cyril Ramaphosa, pode ter a capacidade para o fazer, mas as mudanças exigem medidas urgentes para impulsionar o crescimento económico

Internacional

VALOR DOBRA O QUE O CONTINENTE RECEBE EM AJUDA

Crimes organizados movimentam 50 mil milhões de dólares em África

CAPITAIS ILÍCITOS. Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico avança que 50 mil milhões de dólares saem do continente ilegalmente. Guiné-Bissau é o pior classificado, enquanto Cabo Verde “é um bom exemplo”.

Tráfico de droga, raptos para reclamar resgates, tráfico e contrabando de pessoas, contra-facção, ciber-criminalidade, pirataria marítima, tabaco ilegal, contrabando de armas e de bens, mineração ilegal, abastecimento de petróleo e crimes ambientais são os crimes que mais originam saída de capitais ilícitos de África.

Pelo menos, 50 mil milhões de dólares saem todos os anos do continente como resultado destes crimes, segundo um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). O valor é mais do que o dobro que África recebe em ajuda para o desenvolvimento.

O documento da OCDE, intitulado ‘Fluxos Financeiros Ilícitos: A economia do comércio ilícito na África Ocidental’, aponta a Guiné-Bissau como uma rota desses fluxos e Cabo Verde como um bom exemplo. “A conclusão a que chegámos é que existem cerca de 50 mil milhões de dólares. Esta é uma estimativa muito conservadora, muito prudente, porque os números são seguramente muito superiores a este”, afirmou o director-geral de desenvolvimento e cooperação da OCDE, Jorge da Silva.

“É um número impressionante na medida em que é mais do dobro da ajuda ao desenvolvimento bilateral para África. Se somarmos toda a ajuda para desenvolvimento dos países doadores para África, totaliza 24 mil milhões de dólares. Claro que, com a ajuda multilateral, atinge 42 mil milhões. Em



Jorge da Silva,
director-geral
de desenvolvimento
e cooperação
da OCDE

qualquer caso, estamos sempre a falar de muitos mais fluxos financeiros ilícitos que saem de África do que o dinheiro dos doadores para o combate à pobreza e para a promoção do desenvolvimento em África”, reiterou.

Em declarações à agência Lusa, Jorge da Silva acrescentou que o estudo foi feito na África Ociden-

tal, porque a região é “um caso de estudo na medida em que é porventura a região mais frágil do planeta, seja em termos de conflitos, seja em termos de pobreza extrema”.

O relatório pretende mostrar “não apenas a gravidade da situação do ponto de vista dos fluxos financeiros”, mas também a sua

MEMORIZE

- Na conferência de lançamento do relatório, também foi lançada uma parceria entre a OCDE e a Comissão Económica das Nações Unidas para África para combater os fluxos ilícitos de capitais, através da monitorização de fluxos financeiros e aumento da ajuda ao desenvolvimento.



24

Mil milhões de dólares é o que África recebe de ajuda de doadores externos.

relação com o desenvolvimento. “Se é verdade que são os países mais pobres, são as situações de desenvolvimento mais frágil que proporcionam os fluxos financeiros ilícitos, é igualmente verdade que os fluxos financeiros ilícitos são também um acelerador do empobrecimento dos países”, afirmou.

Como exemplo, apontou a Guiné-Bissau que surge no estudo como “uma rota, seja de origem, seja de trânsito, de vários e não de apenas um fluxo financeiro ilícito”, nomeadamente os associados “ao tráfico de droga, ao tráfico de armas, mas também ao tráfico de seres humanos”.

O director-geral de desenvolvimento e cooperação da OCDE lembrou que a Guiné-Bissau “tem conhecido, durante muitos anos, situações de Estado de enorme fragilidade”, nomeadamente “um Estado de direito que não foi sendo construído na sua plenitude”, a fragilidade no sistema de justiça e no sistema de segurança e “uma estratégia de desenvolvimento económico que não gerou benefícios para as populações”.

Cabo Verde “não aparece como sendo um caso problemático de fluxos financeiros ilícitos”, o que demonstra que, “quanto mais estável e mais assente no Estado de direito for um país, menos margem de manobra existe para os fluxos financeiros ilícitos se desenvolverem e prosperarem”.

Jorge da Silva explicou, ainda, que a conclusão do relatório “é que é necessário trabalhar em parceria para resolver este problema” porque é preciso atender tanto à origem dos fluxos financeiros ilícitos, ligada aos países com mais vulnerabilidades, quanto ao destino dessas rotas, associado a países ricos.

“Uma parte do destino destes recursos financeiros são países ricos, são países da União Europeia, são países da OCDE. Portanto, não vale a pena ter uma perspectiva moralista do norte para o sul, apontando o dedo. É necessário trabalharmos em conjunto”, indicou, defendendo a necessidade de trabalhar ao nível do comércio, sistemas financeiros, justiça, segurança e criação de condições de desenvolvimento local.

A CHINA APROVOU, na semana passada, um projecto de construção de um aeroporto civil, na província de Hubei, no valor de 5,88 mil milhões de dólares.



O PRESIDENTE dos EUA, Donald Trump, manifestou a intenção de dar armas aos professores e “treino especial” para prevenir tiroteios nas escolas.



AJUDA PARA COMBATER TERRORISMO

UE sobe para 100 milhões de euros

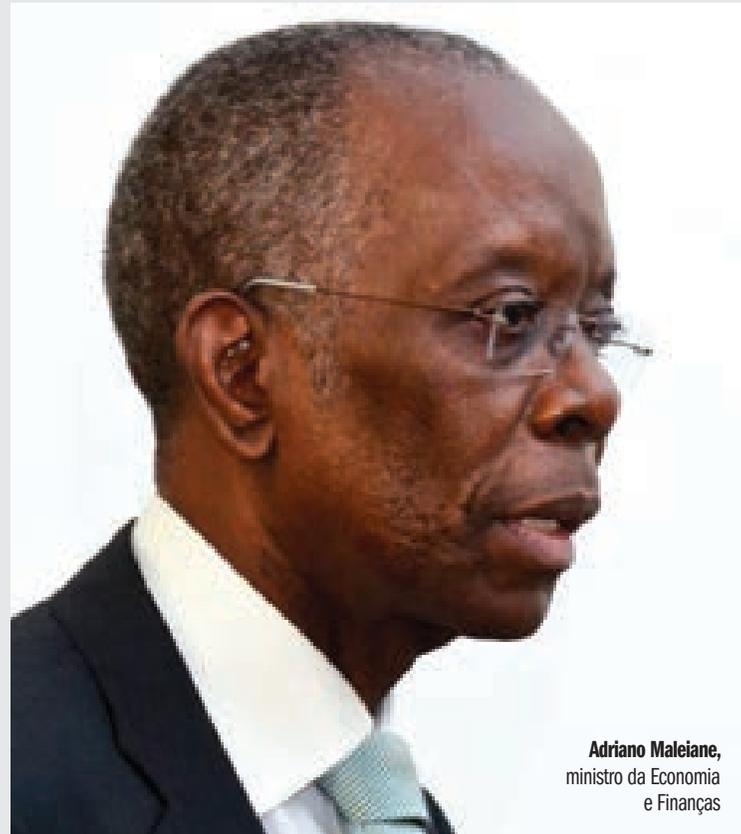
A

União Europeia (UE) e os Estados-membros doadores confirmaram a duplicação, para 100 milhões de euros, do financiamento da força militar composta por cinco países africanos para combater extremistas na região do Sahel. Mali, Mauritânia, Chade, Níger e Burkina-

-Faso são os países envolvidos na luta armada.

Na conferência de doadores, em que participaram 32 chefes de Estado e de Governo, a UE confirmou a sua decisão de duplicar de 50 para 100 milhões de euros a sua contribuição para a força militar conjunta do G5, que combate as forças jihadistas activas na região. “O preço de não haver paz paga-se todos os dias”, salientou a chefe da diplomacia europeia, Federica Mogherini.

Por seu lado, o secretário-geral da ONU, António Guterres, saudou o empenho da UE, tendo sublinhado que “podemos instaurar a paz, a estabilidade e a prosperidade na região”. A UE e os Estados-membros são os maiores contribuintes para a ajuda ao desenvolvimento nos países do Sahel, com uma verba de mais de oito mil milhões de euros atribuída para o período 2014-2020.



Adriano Maleiane,
ministro da Economia
e Finanças

MOÇAMBIQUE

Governo negocia dívida em Londres

O governo de Moçambique deverá reunir-se em Março com representantes dos credores comerciais para prosseguir as negociações relativas à reestruturação de parte da dívida pública, segundo o ministro moçambicano da Economia e Finanças, Adriano Maleiane. “Estamos a trabalhar para fazer com que a nossa dívida pública regresse a níveis de sustentabilidade, interagimos com instituições relevantes e estamos em condições de ir a Londres discutir com os credores”, referiu Adriano Maleiane.

O governante adiantou que 87% do endividamento de Moçambique tem origem multilateral (com instituições financeiras) ou bilateral (acordada entre países) e em relação a essa

parcela maioritária “não há problema absolutamente nenhum”. “O que estamos a discutir representa 13% do total, mas é 50% do serviço de dívida. Por isso, é um problema e é nisso que estamos a negociar”, concluiu.

Em causa, estão dois mil milhões de dólares em empréstimos contraídos por três empresas públicas com o aval do Estado, nomeadamente a Empresa Moçambicana de Atum, a ProIndicus e a Mozambique Asset Management, com as duas últimas a contraírem as dívidas à margem da legislação em vigor no país.

Na sequência da divulgação dos empréstimos, o Fundo Monetário Internacional suspendeu o programa de apoio a Moçambique, no que foi acompanhado pelos restantes membros do Grupo dos 14, os países e instituições multilaterais que davam apoio directo ao Orçamento de Estado moçambicano.

PRODUÇÃO DE CARROS ELÉCTRICOS

BMW e Great Wall na China



O fabricante de automóveis alemão BMW e a China Great Wall Motor assinaram uma carta de intenções para produzir em conjunto veículos eléctricos Mini na China, comunicou a BM.

Se as negociações forem concluídas com êxito, a BMW e a Great Wall poderão criar a primeira ‘grande’ parceria de fabrico e montagem de Mini fora da Europa. “Os próximos passos passam por concordar com os detalhes de um possível acordo de ‘joint venture’ e cooperação e esclarecer aspectos como a escolha da localização da produção e investimentos concretos”, avança a BMW.

Já a Great Wall declarou que uma ‘joint venture’ com a BMW melhoraria o seu nível de tecnologia e a marca ‘premium’, aproveitando ainda mais o novo mercado de veículos energéticos em casa e no exterior.

Ambas as fabricantes de automóveis e fornecedores lutam para encontrar novas e ‘duras cotas chinesas’ para carros menos poluentes, que exigem que os veículos híbridos eléctricos e recarregáveis representem um quinto do total de vendas até 2025.

A expansão da marca Mini na China não influencia o compromisso da BMW com a produção na Grã-Bretanha, casa do carro e onde a primeira ‘bateria eléctrica’ deve ser feita na sua fábrica de Oxford em 2019.

Ambiente

OBJECTIVO É GARANTIR ESTABILIDADE ECOLÓGICA E BEM-ESTAR ÀS COMUNIDADES

Governo quer criar novas zonas de protecção da biodiversidade

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL. Implementação inicial do plano de protecção deverá durar dez anos. Até 2022, pretende-se, em todo o país, que haja um aumento de 12% para 17% de áreas protegidas.

O Huambo, Kwanza-Sul, Malanje e Uíge poderão, ainda este ano, contar com novas áreas de conservação, a serem criadas no âmbito do Plano Estratégico para o Sistema de Áreas Protegidas de Angola (PESAP), noticiou a Angop.

O referido plano, apresentado na passada semana às instituições do Estado e da sociedade civil para auscultação, orienta a expansão, a longo prazo, dos sistemas de áreas de conservação em Angola, de forma a materializar uma rede nacional de conservação da biodiversidade, que conduza à estabilidade ecológica, à resiliência às alterações climáticas e ao bem-estar das comunidades.

A iniciativa visa clarificar o papel das áreas de conservação na protecção das espécies e diversificação da economia, promovendo uma gestão eficiente e sustentável dos recursos humanos, bem como assegurar a existência de condições que per-

mitam que as áreas de conservação sejam geridas de maneira eficaz de modo a que possam dar resposta aos objectivos da sua criação.

De acordo com o director-geral do Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação (INBAC), Aristófares Pontes, o plano terá inicialmente duração de 10 anos (2018 e 2028), sendo que se prevê, até 2022, o aumento de cerca de 12,98% para 17% de

MEMORIZE

● O PESAP quer a criação de zonas marinhas protegidas nos parques nacionais da Quiçama (Luanda) e do Iona (Namibe), para garantir a protecção e a gestão eficaz da linha de costa da Baía dos Trigres, estuário do Cunene, entre outras zonas.

áreas protegidas em todo o território nacional.

Além das novas áreas terrestres, em coordenação com o Ministério das Pescas e do Mar, pretende-se criar 10% de áreas marinhas protegidas ao longo da costa com aproximadamente 1.650 quilómetros, actualmente sem nenhuma protecção.

Numa primeira fase, o PESAP sugere a criação de zonas protegidas nos parques nacionais da Qui-

çama (Luanda) e do Iona (Namibe), com vista a garantir a protecção e a gestão eficaz da linha de costa da Baía dos Trigres, estuário do Cunene, entre outras zonas.

Constam do plano o estuário do rio Chiloango (Cabinda), a península Sereia, no Soyo (Zaire), a zona costeira da foz do rio Longa e a área do Ombaca (Kwanza-Sul) e Bentiaba (Namibe).

De acordo com Vladmir Russo, director executivo da Fundação Kissima para a Área Ambiental e Administração que também participou da apresentação do projecto, um dos objectivos é “fomentar a criação de áreas marinhas protegidas com o intuito de permitir a sustentabilidade aos recursos”.

“Esta sustentabilidade deve estar assente numa gestão que privilegie as opções naturalizadas e adaptativas para salvaguardar os recursos e valores naturais patrimoniais e paisagísticos”, defendeu o ambientalista.

Angola dispõe de nove parques nacionais, um parque natural regional e quatro reservas naturais integrais, que compõem os 12,98% do território nacional.



As áreas marinhas protegidas vão abranger os parques da Quiçama (Luanda) e do Iona (Namibe).

PROGRAMA TEM APOIO DO PNUD

Autorizada a produção de carvão vegetal

Um projecto para a produção de carvão vegetal sustentável foi apresentado na passada semana às autoridades do Kwanza-Sul, visando a redução

da emissão de Gases de Efeito de Estufa (GEE) à atmosfera.

Autorizado pelo Ministério do Ambiente, em parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o projecto, noticiado a Angop, visa reduzir a insustentável e intensiva emissão de GEE à atmos-

fera, com a produção de carvão vegetal, que se verifica em várias províncias.

Segundo o director do Gabinete das Alterações Climáticas do Ministério do Ambiente, Giza Martins, o projecto deverá abranger as comunidades ao longo do corredor Huambo – Luanda,

onde a “lenha e o carvão vegetal são as principais fontes energéticas”, uma vez que “os produtos derivados do petróleo e gás estão limitados às áreas urbanas”.

A iniciativa prevê a incorporação de carvão vegetal sustentável e fornos eficientes em programas de redução da pobreza, introdução

de fornos melhorados em comunidades rurais, seleccionadas no referido corredor, assim como a integração de tecnologias de produção de carvão vegetal e iniciativas de desenvolvimento rural nas comunidades.

O projecto vai contar também com formação sobre produção de carvão vegetal para professores, estudantes e trabalhadores comunitários, revendedores profissionais do produto, bem como a assistência técnica para o desenvolvimento de microempresas.

Educação & Tecnologia



Cristóvão Simões,
reitor da UJES

INSTITUIÇÃO ESTÁ LIMITADA À DOCÊNCIA

Falta de docentes qualificados trava pesquisa científica na UJES

DIFICULDADES. Escassez de recursos materiais e financeiros compromete igualmente trabalhos de extensão universitária em unidades orgânicas no Huambo, Bié e Moxico. A crise já forçou a redução de vagas no presente ano académico.

O reitor da Universidade José Eduardo dos Santos (UJES), Cristóvão Simões, admitiu, na semana passada, no Huambo, que a instituição que dirige desde 2009 está com “dificuldades” para realizar trabalhos de investigação científica, devido à “falta de quadros suficientemente qualificados”.

Na base do problema, segundo o académico que falava em conferência de imprensa, está igualmente

a “escassez de recursos materiais e financeiros”, o que tem limitado a UJES a desenvolver apenas actividades ligadas ao ensino. É por este motivo, justifica Cristóvão Simões, que também “não estão a ser realizados trabalhos de extensão universitária” naquela instituição do ensino superior pública que conta, para além da sede no Huambo, com unidades orgânicas no Bié e no Moxico.

“É difícil falar em termos de pesquisa, investigação e extensão universitária, já que temos mais dificuldades, porque envolvem meios materiais e humanos mais sofisticados que nem

MEMORIZE

● A UJES, localizada na V Região Académica, dispõe de nove unidades orgânicas: as Faculdades de Ciências Agrárias, Medicina Humana, Medicina Veterinária, Economia, de Direito, o Instituto Superior Politécnico (ISP), todas no Huambo, e as Escolas Superiores Politécnicas (ESP) no Bié e no Moxico.

545

Número de vagas que a instituição reduziu no presente ano.

sempre possuímos”, justificou.

O médico avançou ainda que a publicação de artigos e obras literárias e científicas é bastante escassa na UJES, apesar dos esforços contínuos que têm sido feitos para se ultrapassar o quadro actual.

Apesar das dificuldades, o reitor esclareceu que, para garantir a extensão universitária, têm sido realizadas algumas acções, essencialmente nos cursos de saúde, em que são desenvolvidos actos positivos junto dos hospitais e das comunidades.

Para o presente ano académico, a UJES disponibilizou 2.200, contra as 2.745 do ano passado, uma redução de 545 lugares, que, segundo o reitor em declarações à Angop em Dezembro, se deveu à “insuficiência de infra-estruturas”.

Localizada na V Região Académica, a UJES tem nove unidades orgânicas, nomeadamente as Faculdades de Ciências Agrárias, Medicina Humana, Medicina Veterinária, Eco-

nomia, de Direito, o Instituto Superior Politécnico (ISP), todas localizadas no Huambo, e as Escolas Superiores Politécnicas (ESP) no Bié e no Moxico.

ESP BIÉ QUER FORMAR MESTRES

O chefe de departamento para os assuntos académicos da Escola Superior Pedagógica do Bié, afecta à UJES, Aristides Jaime Yandelela Cambuta, garantiu que estão criadas as condições para a abertura do Instituto de Formação de Mestrado. Para já, segundo o responsável, a instituição está a negociar, desde o mês passado, junto do Ministério do Ensino Superior para a materialização do projecto.

A ESP conta com nove professores doutores, formados nos últimos três anos, estando 10 em formação, além dos 14 mestres e 30 em formação no país e no estrangeiro, tendo como foco incentivar licenciados que queiram dar continuidade à formação.

Marcas & Estilos

Gostos dourados

As 16 polegadas de diamante de corte em cadeia, os 27 milímetros de comprimento, as 22 pedras brancas de diamantes brilhantes e a disponibilidade também em branco sólido de 14 quilates cor-de-rosa tornam este colar único na diversidade do bom gosto.

Sensações discretas

Quando tira fotografia com uma câmara Leica M-System, experimenta um tipo diferente de sensação. São rápidas, discretas, extremamente silenciosas e muito compactas, permitindo-lhe aproximar-se da acção.

Igual, impossível

Encontrar uma igual? Impossível! A correia mais longa com pregos de prata será incluída na compra. É uma óptima maneira de tornar a sua pasta diferente. Esta é a Hermes Kelly na versão que pode nunca ter visto antes.

Inspirações nipónicas

O Casaco Cruiser nasceu como uma resposta directa às demandas dos clientes. Técnico e muito táctil. É raro e, por feito de cera, impermeável à água, ao vento, além de ser um óptimo repelente, inspirado nos tecidos das tropas japonesas.

Independente

A Girard Perregaux apresenta um mecanismo de escape que transmite energia para a roda de equilíbrio com uma força constante, independente do estado de vento da mola principal. É uma gaiola feita de silício com uma lâmina ultra-fina no centro.

Amor pelo design

Esta peça não é apenas um pendente deslumbrante que vai acender a sua casa. Inspirada pela natureza e enriquecido com um acabamento cromado e lâmpadas de poupança de energia, é também uma prova maravilhosa do seu amor pelo design.

AUTOMÓVEL

De cortar a respiração

Antes de ligar a ignição, não se esqueça de respirar fundo, já que o TT RS vai deixá-lo sem fôlego. A edição 2018 é energeticamente mais eficiente e conta com um motor V6 3.0 de 354cv, que combina prazer de condução emocionante com a sonoridade surpreendente do motor. A impressionante versão TT RS acelera dos 0-100 km/h em apenas 3,7 segundos e atinge uma velocidade máxima de 250 km/h. Para aqueles que se sentem aventureiros, a velocidade máxima pode ser aumentada para 280 km/h. Descubra o ícone de design da Audi, reforçado com características especiais.

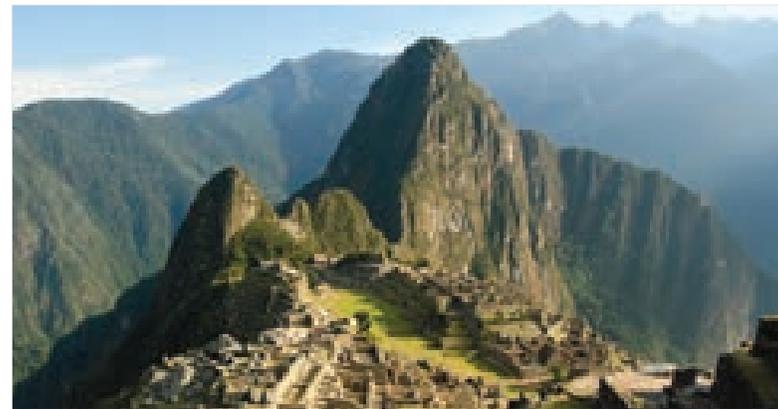


TURISMO

Uma cultura milenar

O Peru tem uma das atracções mais enigmáticas e interessantes de toda a América Latina: Machu Picchu. De cultura milenar, é considerada uma região mística e que proporciona uma experiência única aos viajantes. Traduzido do quéchuá, língua da região, Machu Picchu significa 'montanha velha' e, por isso,

a cidade inca possui uma misteriosa e complexa arquitectura em castelo. Com construções impressionantes erguidas com blocos pesados de rocha, o lugar foi eleito Património Cultural e Natural da Humanidade pela Unesco. É daqueles lugares que merecem ser visitados pelo menos uma vez na vida.



AGENDA

LUANDA

27 DE FEVEREIRO

Inauguração da exposição 'Retalhos' da artista plástica portuguesa Noémia Prada, no Centro Cultural Português. Às 18h:30. Entradas livres.

2 E 3 DE MARÇO

'Show do Mês' com Elias Dia Kimuezo, no Hotel Royal Plaza. Às 21 horas. Ingressos a 13.000 kwanzas.

9 DE MARÇO

'Jazz no Kubiku-Fusion', com Sandra Cordeiro, no bar Jade e Roof top by Listen Sound. Às 21 horas. Ingressos a 5.000 kwanzas.

14 DE MARÇO

Lançamento do livro 'Comece o seu negócio com pé direito' de Ronaldo Pitta Grós, no Centro Cultural Português. A partir das 18 horas.

14 DE MARÇO

Estreia da peça teatral 'Os Monólogos da Vagina', na Casa das Artes em Talatona. Às 20h:30. Ingressos a partir de 6.000 kwanzas.

“Os criadores vivem da propriedade intelectual, escrita, sonora ou de imagem. E é isso de que têm sido privados. O Estado deve subvencionar quem tem obra.”

HORÁCIO DÁ MESQUITA, MÚSICO E CERAMISTA

“A arte cerâmica não existe”

ARTES PLÁSTICAS. Com mais de 45 anos de carreira, tem obras na Igreja de Jesus, na Cidade Alta, no Ministério das Finanças, no Museu da Moeda e é criador dos selos dos Correios de Angola. É praticamente o único ceramista em Angola e até já ganhou prémios. Agora pensa em alargar os interesses e quer usar a matéria-prima que Angola fornece. Sempre que pode, toca no grupo ‘Os Kiezos’.

Por Amélia Santos

No ano passado, foi distinguido com o Prémio de Cultura e Artes...

Fui laureado com a mais alta distinção da República. É impensável que um laureado não conheça o PR, um aperto de mão, ou ser recebido no Palácio. As mais altas distinções são entregues por monarcas, é obrigação deles, dá honra e brilho ao prémio que ganhámos por mérito. Desde o primeiro prémio, o distanciamento do chefe do Estado foi notório. O prémio Nobel é entregue na presença de monarcas, o ‘Sakharov’ é entregue pelo presidente da União Europeia, o ‘Príncipe de Astúrias’ é entregue pelo rei de Espanha...

O Estado deve apoiar os artistas?

O Estado tem obrigações sociais. Tem de retomar os pagamentos sobre a propriedade intelectual. Os criadores vivem da propriedade intelectual, escrita, sonora ou de imagem. E é isso de que têm sido privados. O Estado deve subvencionar quem tem obra, não necessariamente uma estrada de longos anos. Qualquer um de nós pode produzir uma única obra que seja muito mediatizada e utilizada. O Estado tem de pôr as instituições a funcionar com penalizações e indemnizações.

E os artistas como devem contribuir para o Estado?

Os artistas são descontados, pagam imposto de selo pela União Nacional dos Artistas e Compositores (UNAC). A UNAC tem de declarar às finan-

ças os seus encargos. Pagava 100 mil kwanzas, por cada artista. Já presenciei a UNAC a dar assistência financeira a artistas. Não existem gestos de caridade das instituições, porque qualquer remuneração é acompanhada de imposto. Antes de levar o produto ao cliente, o imposto de selo é pago nas finanças.

É autor da imagem dos selos dos Correios de Angola (CA)...

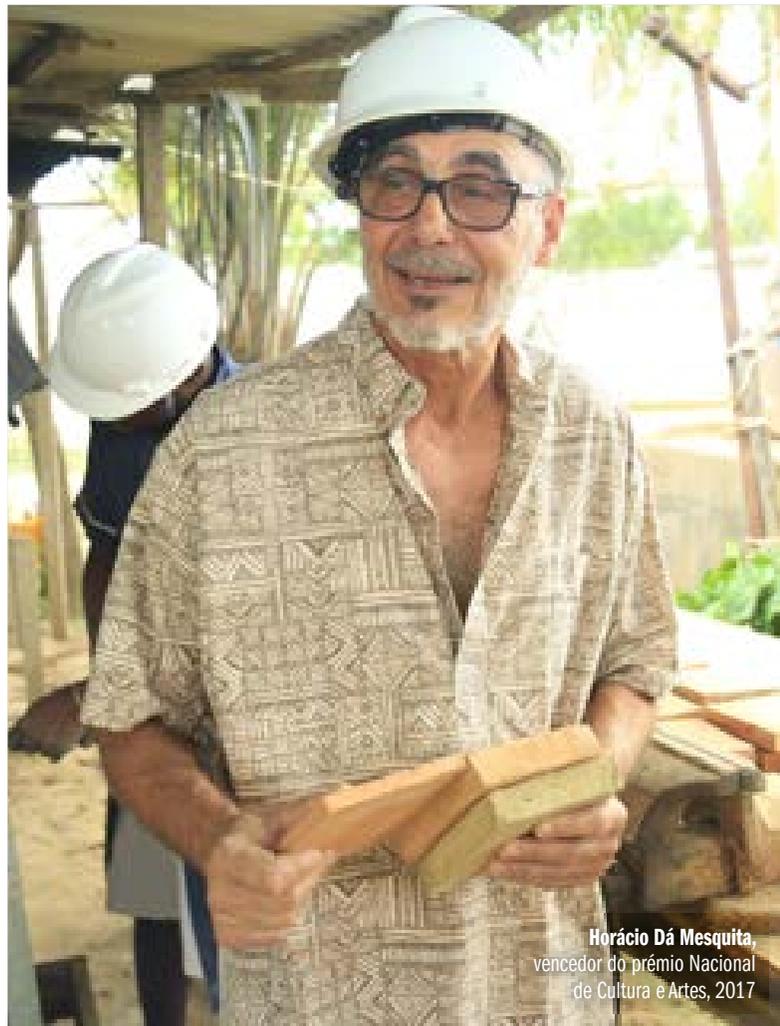
Tenho grande responsabilidade. Fiz uma série de selos de quatro grandes músicos, Zé Keno, Belita Palma, Liceu Vieira Dias e Lourdes Van-Dúnem. Uma questão muito íntima, são códigos de honra que essas instituições exigem de nós. É uma relação de consultoria tanto aos CA e o BNA e também por conhecimento e pela observação dos nossos direitos e sob a propriedade intelectual. São essas instituições que me têm mantido vivo. Tenho cerca de 250 selos nos CA, além de outras imagens.

E pela arte decorativa da moeda nacional?

Sim! Sou responsável da decoração de todas as notas da moeda nacional, incluindo moedas, com excepção da nota com o estiar da bandeira, que é da responsabilidade do BNA.

Qual é o estado da cerâmica?

A arte cerâmica praticamente não existe. Por uma razão muito simples. Temos já o ensino superior em belas artes. Nunca fui convidado a dar uma palestra, posso passar conhecimento, reunimo-nos e conhecer outros artistas. A UNAP



Horácio Dá Mesquita, vencedor do prémio Nacional de Cultura e Artes, 2017

PERFIL

Horácio Dá Mesquita, 65 anos, artista plástico e músico, natural de Luanda, tem duas filhas de 13 e nove anos. É autor da decoração da moeda nacional e responsável pelos selos dos Correios de Angola. A filha mais nova segue as pegadas do pai em cerâmica e a mais velha prefere o desenho. O lixo é o seu grande fornecedor para a montagem dos protótipos.

não faz absolutamente nada, está paralisada, os artistas não se conhecem. E a brigada jovem quase não conhece ninguém.

É viável esta arte?

Se pretender viver disto, não consigo! Vai começar a faltar tudo, começo a ‘baquear.’ Neste tipo de produção, tem

de se estar anexado a uma empresa já com estrutura que possa tratar de documentos de concepção e exploração da área onde nós extraímos.

Faz produção em série ou por encomenda?

Só por encomenda e personalizada, por particular ou empresa. No mínimo, acima de dez unidades. Cada panela fica por três mil kwanzas, a caçarola por dois mil, quando encomendada em grandes quantidades. Este ano, pretendo alargar para o fabrico de loiça sanitária. Temos toda a matéria-prima com bastante qualidade para não importarmos nada. Encontramos no Lubango, Uíge, Caxito, Barra do Dande...

Quantos funcionários tem?

Já tive mais funcionários, mas tive de dispensar, por enquanto, só tenho um. Quando há maior número de enco-

mendas, chamo-os. Tenho electricista, mecânico, artista plástico um pouco de tudo.

Já há produção de cerâmica vidrada considerável?

Não existe! Houve várias tentativas, mas não há nada. Mesmo a cerâmica de tijolo abriu insolvência.

É o único ceramista em Angola em grande escala. Há condições para se exportar?

Provavelmente, em termos de cerâmica vidrada sou o único, infelizmente. Para exportar, tem de se constituir empresa. Depois, passar por uma série de processos e por controlo de qualidade permanente para não deixar passar nada que possa comprometer a marca Angola. Não tenho essas estruturas, estou no meu quintal, vivo em termos laboratoriais. Claro que tenho máquinas produzidas por mim. Vou agora trabalhar em fundição com peças de aço. Tudo de que necessitamos, importamos. Não há sequer troca de conhecimento e esse é o grande problema.

Quanto custa criar uma fábrica de cerâmica da dimensão da sua?

Com um moinho de martelos, um senfim e um forno feito em Angola, pode custar 15 milhões de kwanzas. Só depende de quem estiver à frente. Porque é uma questão de criatividade e manter o diálogo.

E como faz a exploração de inertes?

Sou artesanal, trabalho com sacos. Não vou pedir uma concepção de uma coisa que não vou tirar proveito.

Quem mais solicita os seus serviços?

Tenho tido mais encomendas em azulejaria, revestimento de paredes. Tenho no Ministério das Finanças, no 4.º andar, na Sé Catedral, igreja de Jesus, mesmo a entrada um grande painel, é muito reconfortante ter em um edifício como aqueles um painel de azulejos do século 21. Tenho também em residências. Também material de revestimento, pavimento para a construção de um forno de padaria. Claro que não sai na dimensão desejada.

NÚMEROS DA SEMANA

30%

Foi a quebra do negócio da aquisição de escritórios em Luanda durante 2017. A informação consta de uma análise ao mercado (2017/2018) feita pela consultora imobiliária Pro-Prime.

1

Milhão de dólares é o valor que a empresa Tenaris Global Services, de Singapura, vai investir em Angola para a comercialização de produtos siderúrgicos, como tubos de aço, conexões e acessórios, segundo um contrato de investimento.

230

Mil milhões de kwanzas é o valor que o Governo pretende emitir, este ano, de dívida pública para capitalizar bancos e empresas públicas, de acordo com o plano anual de endividamento.

30

Milhões é o número de habitantes que Angola deve ter até ao final deste ano. As informações são das projecções do Instituto Nacional de Estatística (INE).

NO BLOCO 48

Investimentos da Total com redução de 40%



PETRÓLEOS. Medida considerada sem precedentes em Angola visa melhorar a rentabilidade e atrair mais investidores para o bloco 48, cuja exploração é considerada de risco face à profundidade.

Por Valdimiro Dias*

Futuros investimentos da petrolífera francesa Total Angola, para pesquisar e explorar o bloco 48, vão ter uma dedução de 40% do rendimento tributável sobre o imposto de rendimento. A medida está preconizada num projecto de resolução que recebeu o voto favorável da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, na última semana.

A medida pretende compensar o facto de o bloco se localizar em águas ultra-profundas, com uma complexidade operacional, acrescida do elevado risco de pesquisa, face às condições geológicas de acesso difícil e reservatórios. O bloco é explorado pela Sonangol, como grupo empreiteiro, e pela petrolífera francesa, em que cada uma detém 50%.

O secretário de Estado dos Petróleos, Paulino Jerónimo, explicou aos deputados que a medida “não é uma

isenção”, mas “uma mudança da sede de imposto”. “Qualquer prémio de investimento é dedutível em sede de transacção do petróleo. No caso, o executivo solicita a mudança do imposto de transacção para o rendimento de petróleo, o que muda substancialmente a rentabilidade e atrai o investidor”. “Isto está previsto que o imposto de investimento seja deduzido a partir do imposto de transição de petróleo, mas infelizmente esta parte da lei não dá o necessário incentivo ao investidor, mudando da sede de imposto 7,6 para 16,6% de taxa interna de rentabilidade”

O bloco 48 fica nas águas ultra-profundas na Bacia do Baixo Congo, a sul do rio com o mesmo nome. Situado a 200 quilómetros do Soyo, a profundidade da sua lâmina de água é de 2.500 metros. Paulino Jerónimo receia que “não haja muitas sondas capazes de actuar nesta profundidade”.

Embora a Sonangol participe como empreiteiro, todo o investimento vai ser feito na “plenitude” pela

Total Angola, anunciou o secretário de Estado, garantindo que a “Sonangol não vai pagar nada”.

Em Dezembro, a Sonangol e a petrolífera francesa assinaram vários acordos de cooperação com destaque para o novo impulso à exploração do Bloco 48. Segundo o presidente do Conselho de Administração da empresa angolana, Carlos Saturnino, os acordos “enquadram-se no relançamento da cooperação entre as duas companhias, com impacto directo no gás”.

Ao VE, a Total rejeitou comentar a decisão do Governo e quantificar o investimento nas pesquisas no bloco 48.

SEM PRECEDENTES

Pela primeira vez, Angola faz uma “baixa de impostos petrolíferos com esta dimensão”, considera José de Oliveira, especialista em energia e gás do Centro de Investigação Científica da Universidade Católica. José de Oliveira entende que a medida “pretende atrair mais companhias que façam pesquisas neste bloco, de elevado risco face às condições geológicas, mas que se acredita possuir imensas reservas de petróleo”.

O especialista lembra que o imposto normal nos contratos em Angola são até 50% nos PFA, enquanto o Bloco 48 é um contrato com serviço de risco, com parâmetros económicos e financeiros. “Baixar até 40% é um incentivo para se faça pesquisa, visto que ninguém quer investir em águas profundas muito menos em ultra-profundas”, considera.

A Total Angola tem uma produção estimada de 600 mil barris/dia, o que lhe confere o estatuto de líder do mercado. É o operador do Bloco 32, com uma participação de 30%, com parceria com a Sonangol (30%), enquanto no Bloco 17 detém uma participação de 40%.



SUSPEITO EM PORTUGAL

Sobrinho na ‘Operação Lex’ por corrupção

Uma empresa detida pelo banqueiro Álvaro Sobrinho foi alvo de buscas, efectuadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) portuguesa, na semana passada, no âmbito da investigação da Operação Lex, que envolve o juiz-desembargador Rui Rangel e outros arguidos. O empresário angolano poderá vir a ser constituído arguido por corrupção.

O antigo CEO do extinto Banco BESA é suspeito de ter subornado Rui Rangel, que revogou um arresto de bens, de mais de 30 imóveis, aplicado a Álvaro Sobrinho. O banqueiro angolano, também portador da nacionalidade portuguesa, é, desde há cinco anos, principal suspeito nas investigações do ‘caso BES’, depois da falência do banco. Segundo indicou a PGR à Lusa, o inquérito Operação Lex “mantém-se com 13 arguidos constituídos”, investiga suspeitas de crimes e de tráfico de influência, de corrupção e recebimento indevido de vantagens, de branqueamento e de fraude fiscal”.

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao

